



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 071 CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 2007 ANO XXXII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... *Luiz Claudio Romanelli*  
Líder da Oposição ..... *Valdir Rossoni*  
PMDB ..... *Waldyr Pugliesi*  
PSDB ..... *Ademar Traiano*  
Democratas ..... *Plauto Miró*  
PT ..... *Elton Welter*  
PP ..... *Duílio Genari*  
PDT ..... *Luiz Carlos Martins*  
PTB ..... *Fábio Camargo*  
Bloco PPS/PMN ..... *Marcelo Rangel*  
Bloco PSB/PL/PRB/PV ..... *Reni Pereira*

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 071**

### **66ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios..... 03

Emenda Constitucional ..... 03

Indicações ..... 04

Designação..... 05

Requerimentos ..... 05

Projetos de Lei ..... 11

#### **Grande Expediente:**

Dep. Ney Leprevost ..... 12

Eng. Álvaro Cabrini Júnior

Presidente do CREA ..... 12

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV

Dep. Reni Pereira ..... 16

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri ..... 18

Liderança dos Democratas

Dep. Plauto Miró ..... 18

Liderança do PP

Dep. Ney Leprevost ..... 19

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 20

Discussão/Votação

Redação Final ..... 21

3ª Discussão ..... 21

2ª Discussão ..... 22

1ª Discussão ..... 22

Requerimentos ..... 26

**Encerramento da Sessão ..... 27**

#### **Publicações:**

Comissão Executiva

Atos..... 27

Diretoria Geral

Portarias ..... 32

Atas de Comissão

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação ..... 32

### **DIÁRIO Nº 071**

### **66ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 66ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**26 DE JUNHO DE 2007**

*(terça-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Edson Strapasson e Mamede (04).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado: Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofícios***

Sob o nº 1234/PGE da Sra. Jozélia Nogueira Broliani, Procuradora-Geral do Estado, informando que no julgamento da Ação de Inconstitucionalidade nº 399.509-7, sendo autor o SINDEPARK/PR e interessados o Estado do Paraná e Presidente da Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, referendou a medida liminar, suspendendo parcialmente, até o julgamento final da referida ação, os efeitos do artigo 1º da Lei Estadual nº 15333/06, com relação às entidades privadas.

#### **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 298/07

Curitiba, 15 de junho de 2007.

Tem o presente expediente a intenção de expor algumas questões vinculadas ao julgamento das contas do Governador do Estado do Paraná, referentes ao exercício financeiro de 2006.

Em 25 de abril do corrente, foram encaminhadas a esta Corte de Contas a documentação contendo o Balanço Geral do Estado, seus anexos e demais demonstrativos (Protocolo nº 20037-0/07).

Em análise técnico-contábil, a Diretoria de Contas Estaduais detectou algumas questões que exigiram diligência externa para a manifestação do responsável.

Diante desses fatos o Relator das contas, Conselheiro Henrique Naigeboren, solicitou, em Sessão Plenária de 14 de junho, a prorrogação para apresentação do parecer prévio para o dia 29 de julho próximo vindouro.

Destaco, por fim, que o Plenário desta Corte aprovou a ampliação pretendida, fazendo-se necessário, agora, por indispensável, o *referendum* da egrégia Assembleia Legislativa do Paraná.

Finalmente, Sr. Presidente, pela natureza e importância do pleito, rogo a V. Exa. autorizar tratamento prioritário a esta relevante questão.

Atenciosamente,

(a) NESTOR BAPTISTA

Presidente do Tribunal de Contas do Estado

OFÍCIO Nº 109/07

Curitiba, 15 de junho de 2007.

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA a esta Casa que encaminhe o documento anexo referente ao Manifesto de Apoio ao Deputado Jocelito Canto (PTB), assinado por todos os Parlamentares, aos cuidados das seguintes autoridades: Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a todos os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Cordialmente,

(a) PÉRICLES DE MELLO

#### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**

Altera a redação do parágrafo 5º do artigo 35 da Constituição Estadual.

Art. 1º O parágrafo 5º do artigo 35 da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35. ...

§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em 5 (cinco) anos, em relação ao disposto no parágrafo 1º, III, “a” deste artigo, para professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, bem como para as mulheres policiais civis e militares, desde que comprovem 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, contando com 15 (quinze) anos de efetivo exercício em cargo de natureza policial.”

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(aa) CIDA BORGHETTI, RENI PEREIRA, PASTOR EDSON PRACZYK, ROSANE FERREIRA, RIBAS CARLI FILHO, DOUGLAS FABRÍCIO, ELIO RUSCH, MARCELO RANGEL, ANTONIO BELINATI, OSMAR BERTOLDI, NEY LEPREVOST, DR. BATISTA, NELSON JUSTUS, LUCIANA RAFAGNIN, DUÍLIO GENARI, CARLOS SIMÕES, LUIZ NISHIMORI, FRANCISCO BÜHRER, JOCELITO CANTO, CHICO NOROESTE, ALEXANDRE CURI, FÁBIO CAMARGO e PÉRICLES DE MELLO.

**JUSTIFICATIVA:**

As policiais civis brasileiras são trabalhadoras que não têm reconhecida sua condição feminina quando se aposentam, mesmo em categorias com direito à aposentadoria especial, como as policiais militares e professoras.

De acordo com pesquisas científicas realizadas em vários países pela Organização Internacional de Trabalho - OIT, a atividade policial foi classificada como a segunda mais estressante do mundo, perdendo apenas para os mineiros das minas de carvão, classificação essa reconhecida pela ONU.

A Organização Mundial de Saúde - OMS - catalogou a atividade policial como insalubre, perigosa, geradora de imenso estresse por período de contínuo esforço físico e de exigência intermitente de acuidade e higidez mental, pois o policial tem a missão de garantir, com dedicação integral e exclusiva e com o risco da própria vida, a ordem, a paz pública, o patrimônio dos cidadãos comuns e os bens e serviços da nação.

Prova de tal reconhecimento mundial, é que os policiais dos países desenvolvidos, a exemplo do FBI, têm estabelecido a duração do tempo de serviço de seus policiais em 20 anos, para homens e para mulheres.

Existe verdadeira aberração na interpretação gramatical da Lei Complementar nº 051/85, haja vista que se concede a aposentadoria especial para o homem e não para a mulher policial, porque a letra da lei só menciona o masculino.

Trata-se de marcante discriminação do gênero feminino e isso em pleno século XXI. Viola-se, com essa imposição de aposentadoria especial só para o homem policial, todos os princípios fundamentais do estado de direito. Há 21 anos é vedado à mulher policial o mesmo direito já concedido ao homem policial.

Diante do exposto, imprescindível preservar o direito de igualdade com a aprovação da presente emenda constitucional.

**Indicações****INDICAÇÃO Nº 175/07****SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião, à Secretaria dos Transportes e à Secretaria da Agricultura e Abastecimento, prioridade na recuperação e readequação de rodovias que especifica.

Sr. Governador, Srs. Secretários dos Transportes e da Agricultura e Abastecimento.

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado, ao Secretário dos Transportes e ao Secretário da Agricultura e Abastecimento a inclusão no Programa de Patrulhas Mecanizadas

dos trechos de rodovias abaixo indicados para a recuperação e readequação, bem como prioridade na execução dessas obras:

1) Distrito de Santa Esmeralda - Balsa de Herculanlândia (14 quilômetros);

2) Distrito de Santa Esmeralda - Água da Prata (20 quilômetros);

3) Distrito de Ivaína - Gleba 28 (8 quilômetros).

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) TERUO KATO

**JUSTIFICATIVA:**

As estradas acima referidas são vias por onde transitam ônibus escolares e por meio das quais se transporta toda a produção agrícola e pecuária da região. Dispensável, portanto, destacar aqui o valor, a necessidade e a importância que a recuperação e a readequação desses trechos terão para essa região. Com efeito, recuperadas e readequadas, essas vias gerarão ganhos não só de produção - porquanto é sabido que a má conservação das vias é uma das principais causas de perda de grãos, bem como do desgaste e destruição de carros e caminhões - mas também implicará em mais economia, segurança e novas possibilidades de desenvolvimento aos habitantes dessas regiões.

**INDICAÇÃO Nº 176/07****SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria dos Transportes a recuperação de pavimentação asfáltica em rodovia que especifica.

Sr. Governador, Sr. Secretário dos Transportes.

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes a recuperação da pavimentação asfáltica do trecho de rodovia que liga o Município de Planaltina do Paraná ao Distrito de Gauchinha.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) TERUO KATO

**JUSTIFICATIVA:**

A estrada acima referida é artéria por onde transitam ônibus escolares e por meio da qual se transporta toda a produção agrícola e pecuária da região. Dispensável, portanto, destacar aqui o valor, a necessidade e a importância que a recuperação da pavimentação asfáltica - ainda que na forma de simples emulsão - terá para essa região. Com efeito, o rejuvenescimento dessa via implicará em ganhos não só de produção, porquanto é sabido que a má conservação das estradas é uma das principais causas de perda de grãos, bem como do desgaste e destruição de carros e caminhões, razão pela qual a recuperação do asfalto também trará mais economia, segurança e novas possibilidades de desenvolvimento aos habitantes de Planaltina e Gauchinha.

## INDICAÇÃO Nº 177/07

## SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria dos Transportes a recuperação de pavimentação asfáltica em rodovia que especifica.

Sr. Governador, Sr. Secretário dos Transportes.

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes a recuperação da pavimentação asfáltica da rodovia que liga o município de Santa Cruz de Monte Castelo ao distrito de Santa Esmeralda.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) TERUO KATO

## JUSTIFICATIVA:

A estrada acima referida é artéria por onde transitam ônibus escolares e por meio da qual se transporta toda a produção agrícola e pecuária da região. Dispensável, portanto, destacar aqui o valor, a necessidade e a importância que a recuperação da pavimentação asfáltica - ainda que na forma de simples emulsão - terá para essa região. Com efeito, o rejuvenescimento dessa via implicará em ganhos não só de produção, porquanto é sabido que a má conservação das estradas é uma das principais causas de perda de grãos, bem como do desgaste e destruição de carros e caminhões, razão pela qual a recuperação do asfalto também trará mais economia, segurança e novas possibilidades de desenvolvimento aos habitantes de Santa Cruz de Monte Castelo e do distrito de Esmeralda.

## INDICAÇÃO Nº 178/07

## SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria dos Transportes a recuperação de pavimentação asfáltica em rodovia que especifica.

Sr. Governador, Sr. Secretário dos Transportes.

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de ser proposta ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes a recuperação da pavimentação asfáltica da rodovia que liga o distrito de Graciosa ao Distrito de Mandiocaba.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) TERUO KATO

## JUSTIFICATIVA:

A estrada acima referida é artéria por onde transitam ônibus escolares e por meio da qual se transporta toda a produção agrícola e pecuária da região. Dispensável, portanto, destacar aqui o valor, a necessidade e a importância que a recuperação da pavimentação asfáltica - ainda que na forma de simples emulsão - terá para essa região. Com efeito, o rejuvenescimento dessa via impli-

cará em ganhos não só de produção, porquanto é sabido que a má conservação das estradas é uma das principais causas de perda de grãos, bem como do desgaste e destruição de carros e caminhões, razão pela qual a recuperação do asfalto também trará mais economia, segurança e novas possibilidades de desenvolvimento aos habitantes dos distritos de Graciosa e Mandiocaba.

## INDICAÇÃO Nº 179/07

## SÚMULA:

Sugere a reforma geral no Colégio Estadual Doutor Camargo - Ensino Médio no município de Doutor Camargo.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - Sugere a aprovação de solicitações de benefícios, conforme relação de protocolos abaixo relacionados, para o Colégio Estadual Doutor Camargo, do município de Doutor Camargo.

PROTÓCOLOS - Sistema Integrado de Documentos.

Número: 8.511.365-8 (Verba do Fundo Rotativo para ligação de esgoto);

Número: 8.511.366-6 (Verba do Projeto Digital para reforma da sala de informática);

Número: 8.022.189-4 (Reforma geral do colégio);

Número: 9.343.022-0 (Verba do Fundo Rotativo para substituição de caixas de amianto).

II - O Colégio Estadual Doutor Camargo há muito oferece uma excelente educação aos alunos residentes no município e necessita que os pedidos efetuados, sejam aprovados pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) DR. BATISTA

## Designação

## DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa a Sra. Deputada Luciana Rafagnin, para representar esta Casa de Leis na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, dos dias 03 a 06 de julho de 2007.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

## Requerimentos

## REQUERIMENTO Nº 1850

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1817

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a consulta ao douto Plenário, seja desarquivado o Projeto de Lei nº 187/06, e anexado do Projeto de Lei nº 325/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, atualmente na Comissão de Finanças.

Esta providência faz-se necessária pelo fato de os projetos retro-listados tratarem exatamente do mesmo objeto, qual seja, a isenção de IPVA para os deficientes auditivos. Assim sendo, é imperioso, para o aperfeiçoamento do processo legislativo que este requerimento seja aprovado, pois como dito o objeto é exatamente o mesmo, inclusive no texto das proposituras.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) RENI PEREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1825

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. José Carlos Pisani, Diretor-Presidente das empresas do Grupo Imaribo, ocorrido no último dia 21 de junho de 2007, no Chile, deixando esposa, Sra. Vera Maria Luhm Pisani e filhos: José Carlos Pisani Júnior, Ricardo Luhm Pisani e Daniela Luhm Pisani.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

#### REQUERIMENTO Nº 1846

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Adorinda Bernardina Mora, nesta capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1814

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER votos de congratulações ao Revmo. Padre Daniel Kozlinski, nomeado Bispo Titular de Eminenziana e Auxiliar da Eparquia São João Batista dos Ucrânicos Católicos.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de reconhecimento e homenagem ao Padre Daniel Kozlinski, nomeado no dia 20 de junho, pelo Santo Padre Bento XVI, Bispo Auxiliar para a Igreja Católica de Rito Ucrânio no Brasil.

O fato é de suma importância para a comunidade ucraniano-brasileira, vez que Padre Daniel, com sua missão de dignidade e sabedoria, ajudou a construir e organizar a comunidade ucraniana que tanto nos orgulha.

#### REQUERIMENTO Nº 1835

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Augusta Paludo Bombardelli e Mansueto Bombardelli, pela celebração de bodas de ouro, completando assim, 50 anos de feliz união conjugal, cuja comemoração se realizará no dia 07 de julho de 2007, na cidade de Toledo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná compartilha da felicidade e alegria do casal, apresentando os votos de louvor, congratulações e muito aplauso, extensivos aos filhos, netos, genros, noras e todos os familiares.

Cumprimentos também à comunidade de Toledo, por ter em seu meio o ilustre casal Augusta e Mansueto, que ao longo dos anos muito trabalhou e ainda participa ativamente da vida comunitária, pelo que são reconhecidos e respeitados pelo seu modo de ser, sentir e agir com cidadãos responsáveis e preocupados com tudo que diz respeito ao bem coletivo.

Requer ainda, que seja oficiado ao casal a decisão desta Casa, no endereço: Mansueto Bombardelli, Estrada Rural Adroaldo José Bombardelli, s/n - Toledo/PR - CEP 85900-000.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 1841

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Casa de Leis, de votos de congratulações e aplausos às autoridades e população do município de Iracema do Oeste, pela comemoração do 17º aniversário de criação e emancipação política, no dia 04 de julho de 2007.

Pela Lei nº 9310 de 04 de julho de 1990, foi criado o município de Iracema do Oeste. Hoje, com 17 anos, um município ainda novo, cuja população unida e solidária, com muito trabalho e dedicação têm demonstrado o seu valor e potencial no desenvolvimento e crescimento de sua terra.

Um povo feliz e trabalhador, cumpridor de seus deveres, consciente de seus direitos e responsabilidades, que unido às suas lideranças e autoridades do Executivo e Legislativo, é merecedor das mais efusivas homenagens e congratulações pela beleza e grandeza que é Iracema do Oeste. Parabéns Iracema do Oeste, parabéns iracemenses.

Requer outrossim, seja dado ciência para: Leônidas Neubern Rodrigues Neto - Prefeito Municipal, com endereço à R. Prof. Vieira Alencar, 441 e Irceu Moraes Filho - Presidente da Câmara Municipal, com endereço à Av. São Paulo, s/nº - CEP 85833-000 - Iracema do Oeste/PR.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) DUÍLIO GENARI

#### REQUERIMENTO Nº 1842

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações à ABD - Associação Brasileira de Dekasseguis pela comemoração dos 10 anos de sua fundação.

Requeremos, também, que a decisão do presente seja comunicada à homenageada.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) RUI HARA

#### REQUERIMENTO Nº 1845

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual infra-assinado, no uso de suas prerrogativas constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Sr. Beto Richa, Prefeito Municipal de Curitiba, pela homenagem e reconhecimento ao extraordinário trabalho realizado em Curitiba, como também no meio empresarial, condecorado com o título de Personalidade AECIC, Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba, ocorrido no dia 25 de junho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1826

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações ao Dr. Arthur Leal Neto.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Dr. Arthur Leal Neto, Presidente da FEHOSPAR - Federação dos Estabelecimentos

de Serviços de Saúde no Estado do Paraná, pelos relevantes serviços prestados em prol do setor da saúde.

#### REQUERIMENTO Nº 1827

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Renato Merolli.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Renato Merolli, Presidente da AHOPAR - Associação dos Hospitais do Estado do Paraná, pelos relevantes serviços prestados em prol do setor da saúde.

#### REQUERIMENTO Nº 1828

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Sr. Luciano Loyola.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Luciano Loyola, por sua importante contribuição, com muita dedicação à frente da Associação Tropeiros da Paz.

A Associação Tropeiros da Paz, fundada em 26 de junho de 1992, sediada no município de Clevelândia/PR, presta relevantes serviços à comunidade.

Destacamos em especial nesta ocasião a participação nas comemorações alusivas ao aniversário do município, que comemora 115 anos de emancipação político-administrativa.

#### REQUERIMENTO Nº 1829

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações à cantora e violonista Cibele Espanhol.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem à cantora e violonista Cibele Espanhol, por ocasião da brilhante participação, representando a cidade de Toledo/Paraná, no quadro Jovens Talentos no Programa Raul Gil, na Rede Band de Televisão.

Destacamos o talento, a carisma e determinação de Cibele, que com certeza alcançará o sucesso.

#### REQUERIMENTO Nº 1816

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, aGetzpós a manifestação do soberano Plenário, sejam endereçados

expedientes ao Ministro da Aeronáutica, ao Presidente da INFRAERO e à diretoria do DAC, solicitando que sejam adotadas medidas que obriguem todas as companhias de aviação comercial que operam no Brasil a adaptarem seus aviões de modo a criar facilidades para as viagens das pessoas portadoras de deficiências.

As dificuldades dos passageiros portadores de deficiência têm começado já no check-in. Carrinhos elétricos foram retirados dos aeroportos, prejudicando os deficientes. Houve caso de cadeirante reclamar que, durante o voo, na hora do lanche, não recebeu nenhuma ajuda dos comissários de bordo. Outro passageiro, deficiente visual, ficou trancado bom tempo no banheiro do avião, pois não havia orientação em braile. Sem ninguém para auxiliá-lo, e, com medo de apertar o botão errado, o passageiro ficou esperando até que aparecesse alguém querendo usar o banheiro, para, só então, ser ajudado. Além das adaptações dos aviões, é importante que os comissários de bordo sejam treinados para que todos os portadores de deficiência tenham bom atendimento quando estiverem em viagem aérea.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO N° 1823

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do BACEN - Banco Central do Brasil, Henrique Meirelles, solicitando sejam fornecidos a este Parlamentar, os seguintes documentos e informações relativos à prestação de contas com gastos em publicidade oficial e institucional do BANESTADO, nos anos de 1995 até 2001, quando da sua privatização. Desta forma, questionamos:

- Quais foram e quanto receberam os veículos de comunicação (emissoras de TV, emissoras de rádio, jornais, revistas e agências de publicidade) em publicidade e propagandas nos anos acima citados? Discriminar veículos de comunicação com respectivos valores e datas.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO N° 1824

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Maurício Requião, Secretário de Estado da Educação, solicitando a implantação do Curso técnico em Meio Ambiente - subsequente ao ensino médio - no Colégio Estadual Fernando Costa, no município de Santa Mariana.

A região do norte pioneiro possui demanda nas empresas e órgãos ambientais para justificar a implanta-

ção do curso e absorção dos profissionais que ali se formarem.

Além do mais, o colégio em questão possui praticamente toda a infra-estrutura necessária, tanto na parte física como em qualificação profissional do seu corpo docente.

A solicitação é feita pelos municípios da região, cuja população está preocupada com as futuras gerações, com o equilíbrio ecológico e o meio ambiente, conforme assegura o Chefe do NRE de Cornélio Procopio.

Desta forma, encarece o requerente as providências urgentes e necessárias para se oferecer uma melhor qualidade de atendimento à população de nosso estado.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO N° 1843

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando sejam enviadas cópias dos contratos de serviços firmados entre a COPEL e SANEPAR e as empresas Engevix, Engenix, Prosper, bem como cópias das ações e decisões judiciais, as indenizações pagas nos anos de 2006 e 2007, pela COPEL e referidas empresas contratadas.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO N° 1844

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Instituto Ambiental do Paraná, solicitando informações sobre processo da recicladora de chumbo em nome da Metalúrgica CPG Ltda - ME, que está sendo instalada na Serra do Cadeado, quanto a existência de laudo, licença ambiental, cópia integral do processo.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

O assunto em tela é de suma importância, uma vez que trata-se da instalação de uma atividade poluidora que afetará a vida de centenas ou até milhares de pessoas, seja na questão saúde, pois a contaminação se dá via água, solo e pelo ar em face dos gases com chumbo lançados na atmosfera; economicamente, haja vista que na região há predominância de lavouras de milho e feijão cultivados pelos pequenos agricultores e pelos moradores dos assentamentos do INCRA, e ainda, há uma reserva indígena, todos dependem do solo e da água para obtenção do sustento de suas famílias.



Segundo o Centro de Apoio Operacional de Promotorias ao Meio Ambiente do Estado do Paraná - CAO-PMA, que realizou vistoria no local, o risco de contaminação é iminente, uma vez que encontra-se no divisor de sub-bacias do rio Preto e rio do Meio, afluentes do rio Tibagi, utilizado como manancial de abastecimento público de água para Londrina e outros municípios da região.

O empreendimento recebeu do IAP Licença Prévia nº 10087 e Licença de Instalação nº 4646, e do município de Mauá da Serra o Alvará de Licença nº 001/06.

Vale ressaltar, que não foi solicitado pelo órgão estadual, apresentação de estudo prévio de impacto ambiental, o qual recebeu apenas o plano de controle ambiental, o que contraria a imposição constitucional. Temos conhecimento que corre uma ação civil pública ambiental de autoria do Ministério Público.

#### REQUERIMENTO Nº 1818

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando os seguintes documentos e informações relativos à prestação de contas com gastos em publicidade oficial e institucional do BANESTADO, nos anos de 1995 até 2001 quando da sua privatização. Desta forma, questionamos:

- Quais foram e quanto receberam os veículos de comunicação (emissoras de TV, emissoras de rádio, jornais, revistas e agências de publicidade) em publicidade e propagandas nos anos acima citados? Discriminar veículos de comunicação com respectivos valores e datas.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1819

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Secretário de Estado da Comunicação Social, Airton Pissetti, solicitando os seguintes documentos e informações relativos à prestação de contas com gastos em publicidade oficial e institucional do BANESTADO, nos anos de 1995 até 2001 quando da sua privatização. Desta forma, questionamos:

- Quais foram e quanto receberam os veículos de comunicação (emissoras de TV, emissoras de rádio, jornais, revistas e agências de publicidade) em publicidade e propagandas nos anos acima citados? Discriminar veículos de comunicação com respectivos valores e datas.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1820

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando sejam complementadas as informações contidas na resposta ao requerimento de pedido de informações aprovado por esta Casa de Leis no dia 09 de maio de 2007 e encaminhado ao Tribunal de Contas através do Ofício nº 617/07/CEA, de 11 de maio de 2007, tendo em vista não haver sido informadas as razões do não envio a esta Casa para aprovação. Também cumpre informar que nossa solicitação era de informações discriminadas sobre os gastos do Governo do Estado em publicidade com emissoras de rádio, jornais, emissoras de televisão, revistas e agências de publicidade no ano de 2002. Assim, solicitamos sejam completadas as informações:

- informar, discriminando beneficiário, respectivos valores e periodicidade, a destinação das verbas de publicidade no ano de 2002;

- em relação ao ano de 2002, informar se as contas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas. Em caso negativo, qual a razão da não aprovação? Em caso afirmativo, qual a razão do não envio para aprovação pela Assembleia Legislativa?

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1821

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando sejam complementadas as informações contidas na resposta aos requerimentos de pedido de informações aprovados por esta Casa de Leis no dia 09 de maio de 2007 e encaminhados ao Tribunal de Contas através dos Ofícios nº 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623 e 624/07/CEA, todos de 11 de maio de 2007, tendo em vista que nossa solicitação era de informações discriminadas sobre os gastos do Governo do Estado em publicidade com emissoras de rádio, jornais, emissoras de televisão, revistas e agências de publicidade nos anos de 1995 até 2002. Assim, solicitamos sejam completadas as informações:

- informar, discriminando beneficiário, respectivos valores e periodicidade, a destinação das verbas de publicidade no ano de 2002.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) JOCELITO CANTO.

## REQUERIMENTO N° 1822

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Nestor Baptista, solicitando os seguintes documentos e informações, considerando a gravidade da denúncia veiculada pelo jornal Gazeta do Povo do dia 24 de maio de 2007, sobre a ascensão de servidores do Tribunal de Contas de forma irregular:

- a notícia veiculada informa que 248 (duzentos e quarenta e oito) servidores do Tribunal de Contas recebem vencimentos compatíveis com cargo para o qual não prestaram concurso público. Solicitamos lista completa dos nomes dos referidos servidores, bem como cargo para o qual prestaram concurso e cargo que eventualmente ocupam em face da ascensão;

- juntar todas as atas da Sessão Plenária, bem como resoluções e portarias que autorizaram as referidas ascensões;

- anexar ainda, os pareceres técnicos que abonaram as ascensões, bem como os pareceres jurídicos relativos à questão;

- informar se tais servidores já retornaram aos cargos para os quais prestaram concurso ou permanecem no cargo para o qual tiveram deferida a ascensão;

- que ação judicial questiona a regularidade da ascensão? Quem está promovendo a defesa do Tribunal de Contas?

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) JOCELITO CANTO

## REQUERIMENTO N° 1831

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 131 parágrafo 3°, IX, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, ao Secretário Estadual do Desenvolvimento Urbano, Sr. Luiz Forte Neto, cópia integral dos seguintes documentos referentes a obra do Terminal da Vila Angélica, realizado em 2006/2007 em Araucária - Paraná:

- edital e publicação do edital;
- termos da abertura, realização e conclusão do processo licitatório;
- assinatura da contratação do serviço;
- termo de referência, projeto de execução com seus respectivos memoriais descritivos;
- atestado da execução da obra;
- termo de conclusão da obra.

Requer, finalmente, que sejam prestadas as informações no prazo regimental de 30 dias.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) ROSANE FERREIRA

## REQUERIMENTO N° 1832

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 131 parágrafo 3°, IX, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, ao Secretário Estadual do Desenvolvimento Urbano, Sr. Luiz Forte Neto, cópia integral dos seguintes documentos referentes a obra do Mercado Municipal, realizado em 2006/2007 em Araucária - Paraná:

- edital e publicação do edital;
- termos da abertura, realização e conclusão do processo licitatório;
- assinatura da contratação do serviço;
- termo de referência, projeto de execução com seus respectivos memoriais descritivos;
- atestado da execução da obra;
- termo de conclusão da obra.

Requer, finalmente, que sejam prestadas as informações no prazo regimental de 30 dias.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) ROSANE FERREIRA

## REQUERIMENTO N° 1833

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 131 parágrafo 3°, IX, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, ao Secretário Estadual do Desenvolvimento Urbano, Sr. Luiz Forte Neto, cópia integral do termo de referência e dos projetos das execuções asfálticas, bem como respectivos memoriais descritivos do bairro Costeira, realizado em 2007, localizado no município de Araucária - Paraná.

Requer, finalmente, que sejam prestadas as informações no prazo regimental de 30 dias.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) ROSANE FERREIRA

## REQUERIMENTO N° 1834

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com base no artigo 131 parágrafo 3°, IX, do Regimento Interno desta Casa e, após aprovação do douto Plenário, ao Secretário Estadual do Desenvolvimento Urbano, Sr. Luiz Forte Neto, cópia integral dos seguintes documentos referente a obra da duplicação e revitalização da Avenida das Araucárias, realizado em 2006/2007 em Araucária - Paraná:

- edital e publicação do edital;
- termos da abertura, realização e conclusão do processo licitatório;
- assinatura da contratação do serviço;

- termo de referência, projeto de execução com seus respectivos memoriais descritivos;
- atestado da execução da obra;
- termo de conclusão da obra.

Requer, finalmente, que sejam prestadas as informações no prazo regimental de 30 dias.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) ROSANE FERREIRA

## ***Projeto de Lei***

PROJETO DE LEI N° 468/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1° Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Ruben Formighieri.

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

### **JUSTIFICATIVA:**

À frente da Distribuidora Positivo desde 1979, Ruben Formighieri, empresário e economista sempre teve claros seus objetivos: disseminar educação e serviços de qualidade por todo o Brasil por meio do material didático Positivo.

Para isso, montou ao longo dos anos, uma equipe de colaboradores comprometida com seu trabalho e ciente da importância de cada escola conveniada em cada estado do Brasil.

Hoje, são mais 2 mil e 600 escolas no Brasil e no Japão, nas quais estudam 535 mil alunos, com o livro didático Positivo sendo utilizado por mais de 70 mil professores.

Em 2005 a Editora Positivo iniciou suas atividades com as instituições municipais de ensino, por meio do Sistema Aprende Brasil de Ensino.

Para concretizar um sonho, não basta apenas imaginá-lo. É preciso fornecer subsídios para que as idéias deixem de ser pensamentos e concretizem-se em ações. A Editora Positivo - Sistemas de Ensino, investiu neste sonho e iniciou sua trajetória de sucesso. Grande parte deste sucesso se deve à visão de mercado e ao dinamismo de Ruben Formighieri.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Cumprindo dispositivo regimental, coloco em votação o ofício. **Aprovado.**

Passamos ao Grande Expediente.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Sr. Presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Estranhei que V. Exa. colocou em votação o Expediente. Eu nunca tinha visto isso aqui na Casa. Sinceramente, em 3 mandatos aqui, é a primeira vez que vejo V. Exa. colocar em votação os ofícios e requerimentos encaminhados pela Secretaria. Eu não compreendi e queria que o senhor pudesse me explicar, porque o senhor pediu para que votássemos e não sei o que estou votando.

Sinceramente nunca passei por isso e queria que o senhor me explicasse!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Passo a explicar a V. Exa.: recebemos um ofício que nos pede prorrogação de prazo para 29 de julho e nós aprovamos. Apenas protocolarmente a Mesa poderia prorrogar sem comunicar o Plenário, mas como eu quero fazer a coisa como se deve, coloquei no Plenário pedindo a prorrogação do prazo, que foi o que a Deputada Cida Borghetti leu.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Referente às contas do Governador Requião de 2006?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Isso. Pedindo para que seja prorrogado até 29 de julho deste ano.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Mas quem está pedindo? O Governo ou o Tribunal?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

O Tribunal.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

O Tribunal está pedindo prazo para depois julgar as contas do Governo do Estado?

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Para dar a apreciação prévia até 29 de julho.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Não por isso.

Pela ordem, com a palavra o Deputado Augustinho Zucchi.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)**

Deputado Nelson Justus, V. Exa. me permita apenas fazer um registro da ilustre presença do Dr. Luchesi na nossa Sessão Plenária, professor e Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Curitiba. E também registrar a presença do empresário Pedro Silva, de Bandeirantes, que faz uma visita a nossa Casa hoje.

Muito obrigado!

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

Passamos ao Grande Expediente e a pedido do Deputado Ney Leprevost ouviremos o engenheiro Álvaro Cabrini Júnior, engenheiro agrônomo Presidente do CREA, no Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Ney Leprevost.

### ***Sr. Ney Leprevost (PP)***

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente Nelson Justus, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, cidadãos e cidadãs paranaenses que aqui se fazem presentes acompanhando esta Sessão.

Inicialmente gostaria de registrar a presença do ex-Vereador de Curitiba, nosso companheiro Antonio Borges dos Reis, que visita esta Casa, e gostaria também de registrar a presença do ilustre Presidente da Associação dos Agrônomos de Curitiba, Dr. Luiz Luchesi, professor universitário e uma das maiores autoridades em relação a saneamento básico no estado do Paraná.

Solicitamos a esta presidência o Grande Expediente na tarde de hoje para que o Dr. Álvaro Cabrini, Presidente do CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, possa fazer uma explanação sobre o trabalho desenvolvido pelo CREA no estado do Paraná, e mais importante, possa emitir a sua opinião sobre os graves problemas ambientais que são enfrentados nos grandes centros urbanos do nosso estado, especialmente em Curitiba e região metropolitana, principalmente no que se refere a poluição dos rios e ao saneamento básico.

Não irei me alongar, Sr. Presidente. É importante neste momento que os Parlamentares procurem conhecer este assunto, porque sem dúvida alguma a preservação da vida humana e a preservação do planeta Terra passa pela questão ambiental e sem dúvida alguma o Dr. Cabrini é uma autoridade que pode, após discorrer sobre os assuntos relacionados ao CREA, também emitir a sua opinião e falar sobre os trabalhos que pretende desenvolver, inclusive em conjunto com esta Casa Legislativa, em relação a questão ambiental e ao saneamento básico do estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente, e passamos a palavra de volta a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É um privilégio recebê-lo aqui, Dr. Cabrini, seja sempre bem-vindo a nossa Casa.

V. Sa. tem 30 minutos disponíveis para fazer a sua explanação.

### ***Sr. Álvaro Cabrini Júnior - Presidente do CREA***

O SR. ÁLVARO CABRINI JÚNIOR  
(Lê):

“Boa tarde, Exmo. Deputado Nelson Justus, Presidente desta Casa de Leis; Exmo. Deputado Ney Leprevost, a quem agradeço a oportunidade, por aqui estar, para discorrer sobre o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná, o CREA; Exmos. Deputados e Deputadas presentes nesta Sessão; senhoras e senhores.

A razão de ser de nossas profissões é expressa no artigo 1º da Lei nº 5194/66, que regulamenta nosso sistema profissional. As profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano.

São caracterizadas pelos seus perfis próprios, pelo saber científico e tecnológico que incorporam, pelas expressões artísticas que utilizam e pelos resultados ambientais, sociais e econômicos do trabalho que realizam.

A profissão é bem social da humanidade e o profissional é o agente capaz de exercê-la, tendo como objetivos maiores a preservação e o desenvolvimento harmônico do ser humano, do seu ambiente e de seus valores.

O proprietário da profissão não é o profissional, senão a sociedade humana. O profissional é um privilegiado outorgado para exercê-la, outorga esta que a sociedade o faz e via de consequência o exercício da profissão deve voltar-se primordialmente para a resolução dos interesses da humanidade.

À frente da gestão do CREA-PR, tenho ressaltado que nossos objetivos maiores são a defesa e o desenvolvimento da sociedade. Isto é obrigação legal de nosso trabalho enquanto autarquia federal. Ao exercer a normalização e a fiscalização profissionais estamos buscando este objetivo permanente.

Somos um órgão da administração pública mas também uma corporação regular de ofícios. Cabe-nos, ainda, valorizar o profissional, promovendo-o desde a sua formação acadêmica.

Buscamos sua inserção na sociedade e sua melhor integração com sua profissão e comunidade. Queremos sempre o fomento de nossas ciências e artes. Esta é a nossa razão ética de ser.

As ações não se resumem ao debruçar interminável sobre papéis, autos e formulários. Para muito mais longe, agimos sobre cenários sociais dinâmicos, mutáveis e complexos. Sobre uma base física, obras de engenharia, arquitetura, agronomia, circulam pessoas. Elas têm relações humanas, aspirações, necessidades e sonhos.

O objetivo do CREA-PR pode ser traduzido na identificação dos potenciais do Paraná, nas aspirações da sua sociedade e na resposta transformadora que a dinâmica criativa do exercício de nossas profissões possa dar. Para as pessoas agentes e beneficiárias desse processo é que voltamos nossos esforços.

A evolução é própria da natureza humana. Ela pressupõe uma ação do homem sobre o meio, no sentido de transformá-lo para a satisfação de suas necessidades e realização de suas vontades.

O CREA-PR tem preconizado que o estado do Paraná necessita experimentar um processo de desenvolvimento conseqüente. Para isso, um novo ciclo de crescimento econômico faz-se necessário. Sabemos que não há qualquer tipo de desenvolvimento sem crescimento econômico. De forma responsável e constante, o Conselho vem discutindo as deficiências e potencialidades do Paraná, procurando qualificar propostas que possam oferecer melhores condições de vida aos cidadãos paranaenses.

Realizamos o Seminário Nacional Matriz Energética. O evento contou com as maiores autoridades nacionais sobre energia e que, pelas características edafoclimáticas e o potencial do agronegócio paranaenses, concluiu-se que a matriz energética do estado deve ser diversificada, contemplando, notadamente, a biomassa. Elemento de importância estratégica e social, deve permanecer sob o controle do estado, conseqüentemente da sociedade.

O Movimento Contra a Privatização da COPEL, nossa estatal de energia. Foi um marco onde pudemos experimentar o poder da organização social. A COPEL permanece no controle do estado, motivo de orgulho dos paranaenses e base para alavancar o novo ciclo de desenvolvimento econômico que necessitamos.

Agradeço ao meu antecessor no CREA-PR, engenheiro Luiz Antonio Rossafa, precursor desse importante episódio.

Outro evento realizado foi no litoral paranaense, intitulado Ressaca de Matinhos - Futuros possíveis para o litoral paranaense. Serviu para radiografarmos as condições do litoral e propormos políticas públicas de desenvolvimento integrado para aquela importante região do estado. Na oportunidade evidenciou-se a supremacia do complexo portuário paranaense para o desenvolvimento local, estadual e nacional, além da importância da elaboração, implantação, atualização e manutenção de um processo de planejamento integrado, levando a uma rede urbana equilibrada com funções complementares entre os municípios litorâneos.

#### PLANO PARANÁ

Em 2002, entregamos à sociedade paranaense o documento Diretrizes para um Plano de Desenvolvimento Sustentado para o Estado do Paraná.

Esse documento serviu de base para uma ampla discussão entre os profissionais de nosso sistema e, pela sua capilaridade, produziu propostas viáveis factíveis e permanentes em diversos locais e oportunidades.

Demonstrou a possibilidade da participação dos segmentos da sociedade civil.

Estabelecemos como base para o plano o critério da sustentabilidade, a proposição de medidas que visassem o crescimento econômico, a equidade social e a preservação ambiental com acessibilidade a todos os cidadãos paranaenses.

Pretendia-se renda, equilíbrio e complementaridade.

Em 2006, o plano passou por um redesenho. Os princípios e objetivos permanecem. Definimos de maneira mais explícita o cenário de atuação, emoldurando-o na organização urbana e regional, onde o homem desenvolve sua vida.

Aperfeiçoamos o método de abordagem introduzindo uma matriz de raciocínio onde se elegeram prioritariamente, em um sentido, os fatores existentes do desenvolvimento e, de outro, os fatores intervenientes.

Compusemos uma matriz que trata dos objetos que têm expressão e legitimidade da sua primazia eletiva, pelo fato que são fatores basilares da estruturação da civilização humana e que estão em vias de esgotamento e a sua supressão leva ao colapso da própria civilização. São eles, como fatores existentes no estado, a energia, a água e os bens primários. Como fatores intervenientes elegemos a infra-estrutura, a informação e a gestão.

Esta é a visão que temos do processo de desenvolvimento para o Paraná. Ela não descarta a visão clássica setorial da administração pública (educação, saúde, transporte, segurança, turismo, etc.). Antes, pelo contrário, a incorpora numa matriz interpretativa que propicia a sua aplicação de uma forma mais abrangente, eficaz e sustentável.

A presente proposta “Maneira de ver e fazer o desenvolvimento do Paraná”, tem sido posta em discussão em todos os foros profissionais como diretriz para a nossa política de inserção do profissional nas questões da sociedade paranaense e brasileira.

Da mesma forma, é eixo que se propõem ser vertebrador das propostas havidas na participação de nossos profissionais, para a formulação das políticas públicas de interesse de todo estado do Paraná.

#### EMPRESA PARANAENSE DE COMUNICAÇÃO

Como entendemos a infra-estrutura e a informação como fatores intervenientes e imprescindíveis ao imperativo do desenvolvimento, sugerimos ao Governador do Estado a criação de uma Empresa Paranaense de Comunicação através de uma formatação do SERCOMTEL/Londrina com investimentos da COPEL.

A comunicação é imprescindível. É vetor de preparação do homem para transformar o meio ao seu alcance para o seu próprio bem-estar e de todos. É cidadania.

#### INFRA-ESTRUTURA

O conjunto de instalações físicas para suporte da dinâmica dos cenários do desenvolvimento.

No espaço interno das cidades existe uma insuficiência em alguns setores, bem como obsolescência e deterioração em outros. Não é diferente é nas ligações interurbanas e inter-regionais.

As vias de transportes, quer de produtos agrícolas, quer de produtos manufaturados ou de pessoas, com frequência apresentam estrangulamentos e congestionamentos indesejáveis para o desenvolvimento.

A malha ferroviária não satisfaz as necessidades de transportes massivos, sobrecarregando as malhas rodovi-

árias, cujo custo de utilização é oneroso e encarecido pelo pedagiamento.

Por outro lado, a topografia paranaense, excetuando a Serra do Mar, não oferece obstáculos intransponíveis para a reestruturação das vias de escoamento.

Entendemos como desafio, dotar o Paraná de uma rede de transportes, estabelecimentos de serviços públicos e suprimentos equilibradamente distribuída segundo as demandas estabelecidas por um plano estadual de desenvolvimento.

O complexo portuário paranaense é outra questão de primordial importância para o desenvolvimento do estado do Paraná. Sem medo de errar, diria de suma importância regional, estadual, nacional e internacional.

Constituímos uma Comissão Mista, composta de várias instituições da sociedade, que está estudando as deficiências e potencialidades do complexo portuário, bem como uma definição de matriz para os modais de transporte para o estado. Pretende-se diretrizes integradoras entre os terminais portuários e a matriz do transporte para que se possa definir políticas de investimentos necessários e obrigatórios.

Convidado que foi, infelizmente não pudemos contar com a participação do principal órgão de gestão dos portos, a APPA - que além do seu afastamento das discussões, tem acusado o CREA-PR de interesses outros que não os de incrementar um desenvolvimento que favoreça a sociedade paranaense como um todo.

Finalmente, na questão ambiental, ressaltamos que o Conselho possui uma Comissão de Meio Ambiente. É a maior comissão do CREA-PR e se reúne mensalmente com a participação de 30 Conselheiros, todos especialistas, de forma multidisciplinar, a contemplar as necessidades para estudos ambientais.

Mantemos interfaces com os órgãos da administração pública nas esferas municipal, estadual e federal, como a exemplo do que possuímos com o Ministério Público do Estado do Paraná, através da Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente.

Por ocasião do acidente no rio Iguaçu, onde milhões de litros de óleo foram despejados, implementamos uma Comissão Mista para apurar as causas do acidente com a REPAR. Uma atividade coordenada e desenvolvida pelo CREA que contou com a participação social ativa, inclusive com mais de 40 instituições representadas. Serviu, de forma significativa, para apurar as responsabilidades e mitigar os danos ambientais causados.

Naquela oportunidade, e não poderia ter sido de outra forma, lembro-me da comoção, das manifestações e das atitudes da sociedade relativamente ao grave acidente. Manifestações de razão, pois um patrimônio ambiental de tal importância deve estar livre de tamanha interferência, mesmo que acidental. Defendemos o princípio da preservação ambiental, necessária ao desenvolvimento sustentado, que prevê as utilizações necessárias ao homem atual, mas com perspectivas temporais de alcance até às gerações futuras.

Em tempo presente, o CREA-PR tem recebido denúncias de que parte dos emissários de esgotos de Curitiba têm lançado, *in natura*, sem o devido tratamento, o material coletado. Isso, se caracterizado, representa dupla e grave ameaça à melhoria do ambiente, à melhoria da qualidade de vida do ser humano. Por um lado, a questão do nosso patrimônio ambiental e da garantia de abastecimento de água para a população. Desnecessário comentar a importância desta para a sociedade. Por outro lado, se a concessionária do serviço de tratamento de esgoto esta recebendo por um serviço que não está prestando, isso no mínimo é uma ação condenável, temida por suas consequências sociais desastrosas.

Conclamamos ao Poder Público, às instituições, a sociedade e a Assembléia Legislativa do Paraná, o apoio para que possamos continuar no trabalho de recuperação, preservação e manutenção do nosso patrimônio ambiental.

O CREA-PR, tem ainda, implementado, entre outras, ações como:

- Seminário Crédito de Carbono/2006 - Analisou-se os conceitos e a aplicação e em que tipos de projetos pode-se estar utilizando este recurso.

- Discussão sobre a regulamentação da Lei Estadual de Auditoria Ambiental - (Análise da proposta junto a outras entidades). O CREA-PR convocou e discutiu a proposta. Papel de liderança. O documento foi atendido parcialmente, em suas reivindicações, pelas autoridades estaduais.

- Programa Madeireiro do Paraná - O CREA-PR participou das discussões da mudança de responsabilidade sobre o assunto do IAP para a SEAB.

- Seminário das Águas - Em duas edições, o CREA-PR participou como parceiro do Ministério Público do Estado na discussão da gestão dos recursos hídricos do estado.

- Comitês de Bacias Hidrográficas do Paraná - O CREA-PR tem representantes e participa ativamente.

- Agenda 21 Estadual - O CREA-PR faz-se representar no grupo de Formas de Produção e Consumo.

- Seminário sobre Receituário Agrônomico - Trabalho desenvolvido em conjunto com o Ministério Público do Estado do Paraná - Promotoria de Proteção ao Meio Ambiente.

- Apoio a diversos eventos regionais - A exemplo, o promovido pela Associação Profissional de Ponta Grossa, em parceria com o Instituto Brasileiro de Ciências Ambientais Avançadas (INBRAVA) e a Associação Planeta Azul (APA) onde discutiu-se alternativas para um Mundo Ambientalmente Correto.

- Promoção de Palestras - Discussão de temas como resíduos, aterros sanitários, desenvolvimento sustentável, aquecimento global entre outros.

- Ações entre Conselhos - Manifestação da OAB-PR em ter representante junto à Comissão de Meio Ambiente do CREA-PR.

- Seminário Estadual sobre Lodo de Esgoto - Discutiu-se desvantagens e vantagens da utilização desse material nas atividades humanas.

- Averiguações de Denúncias

Acompanhamento, recebimento e estudo sobre denúncia de que a SANEPAR não estaria tratando o esgoto e depositando o lodo em locais não apropriados.

Por ações interativas que buscam o desenvolvimento do estado, a valorização e a inserção profissional e os interesses da sociedade paranaense, publicamente quero agradecer ao engenheiro agrônomo Rasca Rodrigues, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; engenheiro civil Julio de Araujo Filho, Secretário de Estado de Obras Públicas; engenheiro agrônomo Valter Bianchini, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento; arquiteto Luiz Forte Neto, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano; e ao advogado Vitor Hugo Ribeiro Burko, Diretor-Presidente do Instituto Ambiental do Paraná.

Sr. Presidente Nelson Justus e Exmo. Deputado Ney Leprevost.

Agradeço a deferência a mim concedida. Respeitando esta manifestação de necessária interação entre nossas instituições, estou franqueando o CREA-PR para as interações que esta Casa entender necessárias, desejando sucesso a todos os Srs. Deputados e Deputadas em seus mandatos e que este sucesso seja caracterizado pelas realizações de interesse social e humano.

Boa-tarde a todos."

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta presidência cumprimenta o engenheiro Cabrini e sente-se honrada, engenheiro Cabrini, com a sua presença aqui nesta Casa. O senhor que sempre teve trânsito muito importante entre os Deputados, especificamente entre os engenheiros, sem dúvida nenhuma o senhor é uma referência da sua classe, da sua categoria, engenheiro agrônomo, e mesmo representando todos os engenheiros civis que o Conselho representa. Sentimo-nos honrados com a sua presença, e acho realmente que é muito importante que haja uma interligação, que nós devamos realmente interagir, a Assembléia Legislativa e o Conselho, até porque na sua explanação ficou bem claro, temos algumas bandeiras juntos, e há muito o que fazer já, porque temos em comum o espírito público. Por essa razão, Dr. Cabrini, é um privilégio tê-lo aqui nesta tarde de hoje.

Passo ao Pequeno Expediente. Não há oradores inscritos. Passamos, portanto, ao Horário das Lideranças. Primeiro orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Sr. Presidente, eu queria até fazer uma questão aqui bem preocupante, e eu não posso deixar de fazer esse registro, até porque estamos aqui para legislar, e eu fiquei muito surpreso com esse pedido do Tribunal de

Contas do Estado do Paraná, que pede prazo para analisar as contas do Governo do Estado referentes a 2006.

Srs. Deputados, isso aqui é muito grave. Vejo aqui o Deputado Reni Pereira, um dos mais sérios e competentes fiscalizadores nessa questão tributária, até porque é da sua área, e vi aqui, Srs. Deputados, o Deputado Reni Pereira fazer um manifesto dizendo que o estado colocou na sua prestação de contas de 2006, entregue ao Tribunal de Contas, um recurso que não existe, por volta de 165 milhões que consta na prestação de contas do estado, e que é dinheiro que não existe. Deputado Elio Rusch, é dinheiro que não existe, é dinheiro que pode existir na seqüência.

E vejo aqui o nosso ex-Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, nosso Prefeito Zé - e até quero aqui dizer que ele foi um dos grandes comandantes dos Prefeitos do Paraná - ficar preocupado. Vejo aqui, o Tribunal de Contas abre prazo ao Governo do Estado para aprovar um dinheiro que não existe, e que estamos dando hoje ao estado do Paraná quando aprovamos a prorrogação. Não estamos dando, Prefeito Zé, os mesmos direitos que os municípios têm. Os municípios se não prestarem contas naquele dia estipulado, o que o Tribunal de Contas faz? Dá uma multa, e muitas vezes rejeita a prestação de contas dos municípios, geralmente á assim. Agora, Sr. Presidente, estamos dando prazo legal - não estou dizendo que não é legal, já vou corrigir aqui, não estou dizendo que V. Exa. errou, V. Exa. com toda a clareza, poderia até canetiar pela Mesa Executiva, mas colocou em Plenário, até para dividir a responsabilidade com os demais companheiros, porque isso aqui é muito grave.

Vou fazer esse pronunciamento para ficar registrado nos Anais desta Casa, que alguém se levantou para questionar o que o Tribunal de Contas do Paraná está concedendo. O Tribunal de Contas do Paraná está concedendo - e eu vou ler o requerimento - direito ao Governo do Estado para que este possa legalizar um dinheiro que não existe. Está na prestação de contas, segundo o nosso entendido Deputado Reni, esse dinheiro não existe. É um dinheiro que pode existir se o Lula liberar a questão da multa e o Tribunal, Prefeito Zé, recebe isso como se fosse dinheiro. Você imagine se todos os Prefeitos pudessem fazer isso!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Deputado Jocelito Canto, vou responder à sua questão de ordem, até para que não nos estendamos...

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Eu não estou fazendo uma questão de ordem, estou só registrando...

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Claro, mas eu quero responder para que V. Exa. entenda e não entenda a coisa subjetivamente.

Primeiro, a Assembléia Legislativa não tem absolutamente, neste momento, que questionar questão alguma de recurso que veio, que não veio. Nada! Não nos cabe, neste momento. Nós apenas recebemos um ofício de um Conselheiro do Tribunal de Contas, aliás, do Presidente Nestor Baptista, que pede um referendo desta Casa, que eu poderia ter dado aqui, mas fiz questão que fosse passado em Plenário, para que juntos tenhamos condições de acompanhar o prazo que foi pedido pelo Conselheiro, até o dia 29 de julho exatamente para que nenhum dos Deputados, especialmente V. Exa. pudesse questionar: “Ah, o Tribunal de Contas ainda não julgou, não veio parecer prévio!” Foi exclusivamente isso que fizemos.

V. Exa. está colocando o carro na frente dos bois! Essa pergunta, esse questionamento, Deputado Jocelito Canto, cabe e muito bem na Sessão de segunda-feira, ao Secretário da Fazenda, não agora, aqui, para nós. Nós, simplesmente, referendamos um pedido do Presidente do Tribunal de Contas que atende ao Conselheiro Henrique Naigeboren, que tem que dar o parecer prévio e pediu o prazo até o dia 29 de julho para dar esse parecer.

Eu poderia perfeitamente aqui ter atendido. Dividi porque é uma correspondência e temos que tê-la no Expediente. Só. Então, peço a V. Exa. que não polemize, não encontre pelo em ovo, por favor.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu compreendi, Sr. Presidente. Não estou colocando a carroça na frente dos bois. Quero registrar, aqui, porque acho que na história desta Assembléia essa é a primeira vez que isso ocorre. Se não for em relação ao estado, Sr. Presidente, isso deve ser em relação aos municípios.

Eu duvido que algum dia algum Conselheiro do Tribunal de Contas tenha pedido a esta Casa autorização para dar um prazo a mais a algum município do Paraná para prestar as suas contas. Eu duvido que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná tenha pedido autorização a esta Casa para fornecer um prazo, uma diligência a mais para algum município do Paraná.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Jocelito, só para explicar, mais uma vez.

V. Exa. está trocando as bolas! A Assembléia Legislativa não julga as contas de nenhum município do Paraná, mas julga, sim, as contas do Governo do Estado. Por essa razão, veio o ofício para nós. Por favor, não confunda, porque aí claro que não julgamos as contas dos municípios, mas o estado nós julgamos.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Tem muitos Prefeitos que pedem prazo, Presidente, e é aí que estou debatendo com o Tribunal de Contas, que é órgão auxiliar desta Casa. Muitas vezes os Prefeitos pedem prazo e o Tribunal nega. Nega direto, não permite o prazo. Agora, o que estou querendo provar

aqui hoje é que o Tribunal de Contas é uma mãe para os Governadores. É uma mãezinha! O Tribunal de Contas do Paraná, quando se trata do Governo do Estado, aprova as contas sem o índice de educação. Já aprovou 8 anos do Lerner, e aprovou até do atual Governador, não contendo os 25% da educação. Isso está provado na prestação de contas. Agora, quando um Prefeito do interior deixa de cumprir meio por cento de percentual, o Tribunal inviabiliza as contas e manda para a Câmara, manda julgar impropriedade as contas do Prefeito.

Então, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná é uma mãezinha em relação ao Governo do Estado.

Queria finalizar, Sr. Presidente, só quero deixar esse registro, porque o pronunciamento do Deputado Reni Pereira, e eu vou aguardar até segunda-feira, porque o que diz aqui o Conselheiro Nestor Baptista:

*Tem o presente expediente a intenção de expor algumas questões vinculadas ao julgamento das contas do Governador do Estado do Paraná referentes ao exercício financeiro de 2006. Em 25 de abril do corrente, foram encaminhados a essa Corte a documentação contendo o Balanço Geral do Estado, seus anexos e demais demonstrativos - aí cita o protocolo. Em análise técnica e contábil a Diretoria de Contas Estaduais detectou algumas questões que exigiram diligência externa para a manifestação do responsável. Diante desses fatos, o Relator das Contas, Conselheiro Henrique, solicitou em Sessão Plenária em 14 de junho, a prorrogação para apresentação do parecer prévio para o dia 29 de julho próximo. Destaca por fim que o Plenário desta Corte aprovou a ampliação pretendida, fazendo necessário agora por indispensável o referendo da egrégia Assembléia Legislativa do Paraná - finalmente, Sr. Presidente. Pela natureza e importância do pleito, roga a V. Exa. autorizar tratamento prioritário a esta relevante questão. Atenciosamente. Nestor Baptista - Presidente.*

Só quero deixar esse registro porque por trás dessa fumaça vai vir uma fogueira muito maior que as fogueiras de São João.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

### **Horário das Lideranças:**

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PDT, Bloco PPS/PMN, Bloco PSB/PL/PRB/PV, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

### **Liderança do Bloco PSB/PL/PRB/PV: Deputado Reni Pereira (PSB)**

#### O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, em virtude da fala do Deputado Jocelito Canto, quero deixar bem claro porque o assunto maior é a questão do estado do Paraná. Tivemos na semana passada, os Deputados da Oposição, inclusive os da Situação capitaneados por V. Exa., que foram a Brasília tratar de uma coisa bem maior do que a formalidade. O



que é verdade, o Deputado Jocelito Canto acena é que houve realmente a contabilização de algo que não poderia ser contabilizado no quadrimestre.

Fui procurado hoje pela imprensa e deixo bem claro a todos os Deputados: o Governo do Estado publicou, no último final de semana, o relatório com um mês de atraso, aparentemente tudo normal. Nos CDs e cópias enviadas aos nossos gabinetes, também tudo de acordo com o que rege a Lei de Responsabilidade Fiscal. Portanto, a Audiência de segunda-feira em relação ao quadrimestre, aparentemente não existe nada de ilegal.

Em relação a essa questão que o Deputado acena, da prorrogação que o Tribunal de Contas pede para fazer a análise prévia, logicamente, existe um pedido de prazo para que até se desenrole essa questão maior do estado do Paraná que é motivo de união dos Senadores e Deputados da Oposição. É lógico que aqui ninguém torce pelo quanto pior, melhor. Nós todos queremos a solução.

É uma exceção à regra? É uma exceção à regra, mas, infelizmente é uma exceção que neste momento não nos compete polemizar em cima de algo que pode ser muito nefasto ao Paraná. Torçamos para que até o dia 29 de julho o Senador Osmar Dias, que me parece será o Relator da Medida Provisória, consiga resolver isso, porque não está resolvendo um problema do Requião, mas está resolvendo um problema do estado do Paraná. Caso contrário, realmente existe algo que precisamos resolver, que é essa questão da multa que é grave no aspecto financeiro, no aspecto legal e acima de tudo no aspecto também do gerenciamento e do bom andamento do Governador que foi eleito pela maioria - senão a maioria ampla, pelo menos um pouquinho mais do que 50% que o nosso candidato fez.

Então, não quero polemizar. Não encontrei nenhuma irregularidade nesses primeiros 4 meses. A outras denúncia já está feita e não há mais o que se falar. Temos que ouvir e a partir do momento em que o Secretário nos der a resposta, aí sim podemos nos pronunciar. Já detectamos essa realidade, já demos conhecimento não só a esta Casa, mas à imprensa. Então, não existe mais o que ficar sangrando. Assim que o Secretário der a resposta, aí sim podemos falar alguma coisa.

Então, Deputado Jocelito Canto não quero aqui que V. Exa. use essa questão que levantei em uma questão justamente de polemizar nem com o Tribunal e nem com o próprio Governo, porque a questão é bem séria e grave.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do PT, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

### ***Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Faço no dia de hoje o uso da tribuna para relatar um pouco o que foi o Seminário promovido pela Secretaria Nacional de Movimentos Populares do Partido dos Trabalhadores, na última quinta-feira, que contou com diversas pessoas ligadas tanto ao nosso partido como ao Governo do Presidente Lula e também teve a Secretária da Ministra Dilma Rousseff participando, Deputados Federais, e que teve como principal objetivo debater o pedágio nas vias públicas no estado do Paraná, nas duas rodovias que temos e que devem entrar em um processo de concessão ainda neste ano e que vem sendo objeto de muita discussão em nosso estado.

Uma das conclusões chegadas - porque estávamos com Deputados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, de São Paulo e do Paraná e houve o convite para que eu pudesse fazer o relato da situação do Paraná - uma situação a que chegamos é que esse pedágio no estado do Paraná, especificamente na região de Curitiba, pode segmentar a região metropolitana de Curitiba, uma vez que na BR-101 - que no nosso estado tem a denominação de 376 e depois na seqüência 101 - tem pedágios previstos para o início, no caso de BR-116, antes de Curitiba e próximo a Quatro Barras e para término um outro pedágio entra Mandirituba e Fazenda Rio Grande, o que acarretará naturalmente o encarecimento de produtos hortifrutigranjeiros que demandam as redes de supermercados em Curitiba e na região e também a CEASA.

Além disso, estamos fazendo - e foi essa a ponderação que fizemos aos diversos órgãos do Governo Federal - um pedágio em rodovias que são as duas únicas federais que temos no estado do Paraná ainda sem pedágio e a única que temos que é duplicada. Neste sentido, gostaria de fazer uma consideração que o Deputado Pugliesi recentemente fez aqui algumas afirmações com as quais eu concordo, que a rodovia 376 é uma rodovia que foi duplicada com recursos da então TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Estado do Paraná, e com recursos do ex-Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Paraná, no primeiro Governo do Governador Roberto Requião e que na seqüência também, anteriormente o Governador Álvaro Dias havia iniciado.

O que fizemos, como alguns encaminhamento que eu posteriormente, Sr. Presidente, tive oportunidade de colocar aqui a V. Exa. e nós estaremos aqui nesta tribuna também colocando, é que pretendemos fazer 3 Audiências Públicas, no Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, para que possamos, junto com o Governo Federal, ver qual a melhor saída, qual a melhor forma de equacionarmos a questão da manutenção das rodovias com um preço, caso ocorra o pedagiamento, que não seja este que temos hoje, porque o que temos hoje traz uma rentabilidade embutida de 19% traz um custo, na época em que foi pensado, onde tínhamos uma taxa de câmbio, onde tínhamos um risco/país e uma taxa de juros muitíssimo acima daquela que temos hoje, da situação do país que temos hoje e da situação internacional que temos hoje.

Então, as permissões ou as concessões que possam vir a ocorrer, entendemos que têm que ter um valor muito abaixo, muito abaixo do valor no momento executado nas rodovias do estado do Paraná que chegam a dar, por exemplo, para a RODONORTE, recentemente numa auditoria feita, um rendimento de mais de 30%, coisa muito acima do que foi previsto.

Também fizemos junto com setores que participaram desse debate, uma proposta para que tenhamos, no caso de haver o pedagiamento, o pedágio unidirecional. O Deputado Zucchi que é da área agrícola, Deputado, sobre o pedágio, temos dito que aqui no Paraná o pedágio unidirecional poderá resolver parte dos problemas que temos. Por quê? Porque se você passa com um caminhão carregado para o porto de Paranaguá, a lógica é que se você trará um determinado desgaste para aquela rodovia, não será o mesmo desgaste quando o seu retorno com o caminhão vazio.

Então, esse debate que estamos fazendo aqui para as duas rodovias federais do Paraná, porque é oportuno que façamos antes de implantarmos a taxa do pedágio, antes mesmo de fazermos essa Audiência Pública já há interesse explicitado por algumas confederações de que nós possamos, por exemplo, ter diferenciação para os produtos agrícolas, diferenciação para o calcário e para alguns outros produtos, que possamos implantar um novo método no estado do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina de pedágio, quando ele ocorrer, caso não haja outra alternativa, e me parecer que é esta a leitura que faz hoje a Casa Civil, porque entendem eles que não há outra forma de financiar.

Nós cobramos os recursos da CIDE, que é a Contribuição sobre a Intervenção de Domínio Econômico, que é cobrada sobre a gasolina e que não vem na sua integralidade para os estados. Aí foram passados alguns valores que são repassados para o estado do Paraná, que não são integrais, obviamente, até porque a CIDE não é só para rodovias, mas que temos dito que é um paradoxo você cobrar ao mesmo tempo a CIDE e o pedágio. Ou você faz uma diminuição nos valores da CIDE, ou você tem uma redução muito drástica nos valores do pedágio.

Acho que este é um debate que estamos iniciando, acredito que a preços de hoje não seria possível termos um pedágio que excedesse a valores de R\$ 2,50, R\$ 2,60, que são os valores próximos, que está sendo debatido, até porque sabemos também que 95% do nosso modal, hoje, ainda é rodoviário, mas me parece que aqui na Assembleia Legislativa nós temos, talvez, uma bandeira, quer não é deste partido ou daquele partido, Deputado Rossoni, o senhor que também trabalha com a área que não é agrícola, mas vem de uma área que faz processamento de produtos, produtos florestais, acho que temos que fazer um debate aqui no Paraná de como criar uma situação onde, primeiro, tenhamos as rodovias em boas condições; segundo, um pedágio que se for implantado não onere a produção final, como faz hoje, por exemplo, com o milho, que chegamos a pagar 4.35 a mais, o milho sai por

tonelada, 4.35% a mais do que sairia se não tivéssemos pedágio. O calcário, 34% a mais se não tivéssemos pedágio. Como nós fazemos? Esse é um debate que interessa a todos os Deputados, interessa à Assembleia Legislativa, interessa à todas as Confederações e Federações da Indústria, do Comércio aqui do estado do Paraná, para que possamos ter do Governo Federal uma compensação pela duplicação da rodovia BR-376, no trecho de Curitiba até Garuva, porque, sem dúvida nenhuma, são recursos do estado do Paraná que foram gastos em grande quantidade. É o trecho mais difícil que nós temos, é o trecho mais caro que temos na rodovia e que neste momento, discutimos o pedágio. O estado do Paraná deverá ser, de alguma forma, compensado. O estado, como a nossa população, compensado pelos investimentos que fez há 12 anos atrás.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente. No momento oportuno, vamos trazer aqui, provavelmente no 2º semestre, a proposta para fazermos junto com todas as bancadas, as Audiências Públicas e trazermos esclarecimentos a esta Casa e ao estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra aos Democratas.

Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

### ***Liderança dos Democratas: Deputado Plauto Miró***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou encaminhando à Mesa desta Casa um requerimento pedindo à COPEL e à SANEPAR, que prestem explicações, em especial a COPEL, sobre o contrato com a empresa Engemix, uma empresa que faz projetos e concretagem. Essa empresa tinha firmado com a COPEL um contrato de R\$ 55 mil. Isso publicado em vários meios de comunicação no nosso estado do Paraná. Em cima desse indício é que estamos pedindo explicações através de requerimento, pedindo cópia dos contratos dos serviços firmados entre a COPEL e a SANEPAR e essas empresas Engemix e também Engemix.

O contrato que essas empresas tinham com a COPEL era de R\$ 55 mil e a COPEL indenizou essa Engemix em R\$ 3 milhões e 400 mil. É isso que queremos saber, o que foi que houve, que indenização é essa. Uma empresa que tem um contrato de R\$ 55 mil, teve uma indenização paga de 3 milhões e 400. Como eu digo, Sr. Presidente, tem fumaça aí. Nós queremos, através desse requerimento pedindo informações, que venham os documentos para poder explicar esse indício de irregularidade que existe entre a COPEL e essas empresas aqui citadas.

Estou encaminhando. Espero ter a aprovação de todos os Deputados. É um requerimento importante. Há

indícios de irregularidades e tenho certeza que os Deputados que compõem esta Casa, e em especial da base de sustentação do Governo, não vão deixar de aprovar este requerimento, porque todos foram eleitos para que aqui pudessem fiscalizar os gastos públicos. Através desse requerimento, estaremos fiscalizando esses gastos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Ney Leprevost.

### ***Liderança do PP: Deputado Ney Leprevost***

O SR. NEY LEPREVOST

Sr. Presidente desta Casa, Deputado Nelson Justus, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Três assuntos rápidos me trazem à tribuna nesta tarde, Deputado Valdir Rossoni.

O primeiro deles: reunião que V. Exa. estará promovendo junto com a Comissão Executiva desta casa sobre os repasses do Fundo de Desenvolvimento Urbano para o município de Curitiba, na próxima segunda-feira.

Quero dizer que essa reunião é de fundamental importância e que nós estaremos, sim, participando dessa reunião, até porque na condição de representante da capital do estado do Paraná nesta Casa, cobrar com todas as forças, com toda a ênfase do Governo do Estado que volte a fazer os repasses para a nossa cidade.

Curitiba e os cidadãos curitibanos não podem ser punidos por uma discórdia política. Esperamos que o Governador Roberto Requião tenha a grandeza de colocar em 2º plano o seu interesse político relacionado a essa questão e coloque em 1º plano o interesse dos cidadãos curitibanos, que realmente não podem ser abandonados pelo Governo do Estado, até porque existem muitas obras previstas para a capital paranaense e essas obras precisam ser realizadas.

Lembrando sempre que Curitiba é o maior gerador de ICMS do estado do Paraná. Ou seja, o contribuinte curitibano que paga em dia os seus impostos e ajuda a forrar o caixa do estado, não pode ser, um momento como este, prejudicado devido a uma briga política que tem única e exclusivamente a finalidade de retaliar o Prefeito devido ao fato de ele ter cumprido o seu compromisso político que era o de apoiar o Senador Osmar Dias, para a sua eleição ao Governo do Estado.

A outra questão, Deputado Marcelo Rangel, que me traz a esta tribuna, é expressão da minha total e irrestrita solidariedade a sua pessoa. É inadmissível que o Governo do Estado gaste dinheiro público para denegrir a imagem de um Parlamentar. O que se espera desta Casa Legislativa é que os Parlamentares sejam solidários, porque os Secretário de Estado têm que respeitar o Parlamento.

O Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário são independentes e harmônicos entre si. O Secretário das Comunicações tem que respeitar a independência que o Poder Legislativo tem para, se necessário for, promover investigações em relação à sua pasta. O que não se pode admitir, Deputado Duílio Genari, é que se use a estrutura da comunicação social do Governo do Estado, para promover desgaste político contra um Parlamentar, como tenta o Sr. Secretário das Comunicações fazer em relação a sua pessoa.

Estou solidário com o senhor, Deputado Marcelo Rangel, como estarei solidário a qualquer Deputado da Oposição e Situação que sofra perseguição política, que sofra tentativas de calúnia e difamação por parte de quem quer que seja entre os membros do 1º, do 2º, do 3º escalão do Governo do Estado do Paraná.

Terceiro motivo de ter pedido para ocupar a liderança no horário do Partido Progressista, Deputado Plauto Miró Guimarães, é informar que amanhã, pela manhã, às 10 horas, a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa estará ouvindo a advogada que foi a campeã de ações indenizatórias contra o estado para obtenção de medicamentos excepcionais. A advogada que conseguiu ganhar mais de 60 liminares na Justiça, para a compra de medicamentos, estará aqui de livre e espontânea vontade, amanhã pela manhã, na Comissão de Saúde, explicando o que ela acha dessas declarações de que existiria uma máfia da saúde atuando no Paraná, onde participariam laboratórios, médicos, advogados. E esclarecendo se realmente essa máfia que o Governador afirma existir, realmente existe, porque essa advogada foi a advogada que conseguiu, em diversos municípios, a autorização para a aquisição de um mesmo medicamento excepcional.

Uma quarto assunto que gostaria de relatar aos Deputados, com o intuito de mantê-los informados, é que ontem fizemos contato com o Presidente da RCTV, através de e-mail. A RCTV é a televisão mais antiga e a maior televisão da nossa vizinha Venezuela. E como temos assistido constantemente a TV Educativa colocando inserções do cientista político Cezar Benjamim fazendo uma certa apologia do fechamento da RCTV e como constatamos que a TV Educativa não mostrou o outro lado, mostrou apenas a opinião dos simpatizantes do Sr. ditador da Venezuela, Hugo Chávez, nós, em nome dos princípios de liberdade e expressão, resolvemos convidar o Sr. Marcel Granier - Presidente da RCTV, que foi fechada pela ditadura Chávez, para que venha a Assembleia Legislativa fazer um contraponto àquilo que está sendo colocado na TV Educativa, que é uma TV que pertence a todos os paranaenses, é uma TV que é sustentada com o dinheiro do contribuinte do nosso estado, mas que lamentavelmente vem sendo utilizada para denegrir os adversários do Governo, como fez injustamente hoje pela manhã o Sr. Governador com o Sr. Paulo Pimentel, que é um homem respeitado na área das comunicações, que é um grande Líder, que foi um excelente Governador do

nosso estado, um Governador jovem que o Paraná teve, o Governador que mais ajudou a agricultura do Paraná e que tem sido vítima de agressões constantes por parte do nosso atual Governador.

E o mesmo tem sido feito em relação à questão da Venezuela. A TV Educativa coloca inserções em seus horários entre um programa e outro, nos intervalos, fazendo apologia do Sr. Hugo Chávez, como se ele fosse um bom exemplo, um bom incentivo para os políticos do Paraná.

Ora! Srs. Deputados, não é possível mais nos conformarmos com essa barbaridade e hoje quero aqui externar a minha profunda indignação e dizer que em breve estaremos contando com a presença do Presidente da RCTV na Assembléia Legislativa para nos contar o outro lado. Já que a TV Educativa conta o lado do Hugo Chávez, queremos ouvir o lado daqueles que foram vítimas dessa ditadura que cerceia a liberdade de expressão na Venezuela e que tenta expandir a sua influência nefasta para o nosso país e para a América Latina. Tenho ojeriza à ditadura, defendo a democracia, defendo a liberdade e por isso protestarei sempre contra qualquer Líder de países vizinhos ou de países distantes que tentem ensinar os brasileiros exatamente o contrário daquilo que aprendemos nos últimos anos, que foi o respeito ao estado de direito, respeito à Constituição e o amor a esse valor precioso que é a democracia.

A democracia e a liberdade são bens muito importantes quanto a vida. De que vale a vida se não tivermos o direito de expressarmos os sentimentos, de que vale a vida se não pudermos dizer o que pensamos, aquilo que queremos, desde que o que fazemos não prejudique o nosso próximo?

#### **O Sr. Marcelo Rangel (PPS) (Aparte)**

Gostaria de agradecer as suas palavras. V. Exa. faz um belíssimo e histórico pronunciamento aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Sinto-me orgulhoso em poder dizer que sou seu amigo e estou acompanhando o seu desempenho como Presidente da Comissão de Saúde e está desempenhando um trabalho fantástico e inédito na história política da Assembléia Legislativa.

Deputado Ney Leprevost, agradeço mais uma vez e pode ter certeza que estamos realmente iniciando uma nova fase na história da política do estado do Paraná e dessa nova fase, desse novo ciclo, V. Exa. faz parte brilhante como um grande Líder. Parabéns!

#### **O SR. NEY LEPREVOST (PP)**

Obrigado, Deputado Rangel, obrigado Sr. Presidente.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

PSDB, PMDB, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

**(Declinam)**

### **Ordem do Dia:**

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

#### **O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu ouvi o pronunciamento feito pelo ilustre Deputado Ney Leprevost, e acho que as ponderações que ele faz, as colocações que ele faz, embora eu não concorde com ele absolutamente, mas me parece que remetem para a necessidade de termos um debate com contraponto. E nesse sentido, Sr. Presidente, gostaria de colocar nesta Casa que estaremos entrando em contato, Deputado Ney Leprevost, entraremos em contato com o cientista político Cezar Benjamim para que ele também possa usar a tribuna e explicar as suas posições, as suas afirmações aqui, até porque entendemos que há grandes divergências com relação a RCTV, que pregou durante muitos anos o golpe na Venezuela.

#### **O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)**

Apenas para esclarecer ao meu distinto amigo, Deputado Tadeu Veneri, que na verdade o contraponto estamos propondo, já que a TV Educativa tem feito sistematicamente, eu não sei se o senhor tem tido oportunidade de assistir uma vez ou outra, mas tem feito inserções praticamente todas as noites, várias vezes, defendendo o fechamento da RCTV, o que nos causa uma certa estranheza, mas como trata-se de um país vizinho e que vem gerando polêmica em toda a América Latina, e sabemos que o Chávez tenta exercer a sua influência em toda a América Latina, achamos conveniente esse convite, mas não temos nada contra a sua idéia, pelo contrário, acho bastante positivo, porque afinal de contas o diálogo democrático é que faz com que as opiniões possam evoluir e melhorar cada vez mais.

Obrigado, Sr. Presidente.

### **Leitura do Expediente**

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sobre a mesa, Emenda à Constituição, de autoria dos Srs. Deputados Reni Pereira, Pastos Edson Praczyk, Cida Borghetti e demais Srs. Deputados, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida; protocole-se; publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Ofício nº 109/07, subscrito pelo Sr. Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, solicitando a esta Casa que encaminhe o documento referente ao manifesto de apoio ao Deputado Jocelito Canto (PTB), assinado por todos os Parlamentares, aos cuidados das seguintes autoridades: Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Pre-

sidente do Superior Tribunal de Justiça, Presidente do Supremo Tribunal Federal, a todos os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 298/07, subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, constante do expediente, com a finalidade de expor algumas questões vinculadas ao julgamento das contas do Governador do Estado do Paraná, referentes ao exercício financeiro de 2006. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 175/07, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes e ao Sr. Secretário da Agricultura e Abastecimento, prioridade na recuperação e readequação de rodovias que especifica: 1) distrito de Santa Esmeralda-Balsa de Herculândia (14) quilômetros; 2) distrito de Santa Esmeralda-Água da Prata (20) quilômetros; 3) distrito de Ivaína-Gleba 28 (8) quilômetros. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 176/07, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário dos Transportes a recuperação de pavimentação asfáltica na rodovia que liga o município de Planaltina do Paraná ao distrito de Gauchinha. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 177/07, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e Sr. Secretário dos Transportes a recuperação asfáltica na rodovia que liga o município de Santa Cruz do Monte Castelo ao distrito de Santa Esmeralda. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 178/07, de autoria do Sr. Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e Sr. Secretário dos Transportes a recuperação asfáltica na rodovia que liga o distrito de Graciosa ao distrito de Mandiocaba. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 179/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado a reforma geral no Colégio Estadual Doutor Camargo, no município de Doutor Camargo. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando a Sra. Deputada Luciana Rafagnin, para representar esta Casa de Leis na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, dos dias 03 a 06 de julho de 2007, na cidade de Fortaleza, no Ceará. **Aprovado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 059/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que torna obrigatória a exibição de informações turísticas nas telas dos cinemas do Estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/07, de 01/03/07, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 083/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que dispõe sobre a concessão de tratamento tributário diferenciado para os estabelecimentos industriais dos setores. **Aprovado. (Publ. no DA nº 008/07, de 07/03/07, em Projetos de Lei).**

### ***3ª Discussão***

#### **ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Governo do Estado doar imóvel à Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste para funcionamento de organizações da agricultura familiar, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### **ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 395/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública estadual, a Associação Filantrópica Verde, com sede e foro na cidade de Sapopema. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

#### **ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 413/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que declara de utilidade pública a Associação de Empreiteiros Florestais de Pinhão, com sede e foro no município de Pinhão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

## 2ª Discussão

### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/07, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que concede o Título de Cidadão Honorário, a Severino Nunes de Araújo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Como já foi procedida a votação nominal ontem, hoje apenas a votação simbólica.

Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

**Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 314/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dá nova redação ao artigo 2º, da Lei nº 13867, de 08 de novembro de 2002, que dispõe sobre reversão de imóvel ao município de Icaíma. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de utilidade pública a Associação de Agricultores Familiares de Jacutinga de Cima, com sede no município de Mato Rico e foro em Pitanga. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda. **Aprovada.**

### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Capanema, área de terras do DER, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em discussão o projeto, ressalvada a emenda. Em votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

## 1ª Discussão

### ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a AMOSHAS - Associação de Moradores do Jardim Shangai e Jardim das Américas, com sede e foro no município de Araucária. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 152/07

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, declara de utilidade pública a AMOSHAS - Associação de Moradores do Jardim Shangai e Jardim das Américas, com sede e foro no município de Araucária.

### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício

DUILIO GENARI - Relator

### ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/07, de autoria do Deputado Elio Rusch, que declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento do Santo Antonio - ACODESA, no município de Cambira, comarca de Apucarana. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/07, de 26/03/07, em Projetos de Lei).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 172/07

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento do Santo Antonio - ACODESA, no município de Cambira, comarca de Apucarana, Paraná.

### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, o artigo 2º ao dispor “revogando as disposições em contrário”, fere a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, pois assim determina: *Art. 9º A cláusula de revogação, deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.* Desta forma, sugere-se a emenda supressiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda supressiva em anexo.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA SUPRESSIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 172/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 19.06.07.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente em exercício  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Ficam isentos do pagamento da taxa de pedágio todos os veículos pertencentes aos moradores do município onde estejam localizados as praças de pedágio, cujos veículos estejam ali emplacados. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/07, de 24/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 291/07

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, tem por fim isentar do pagamento da taxa de pedágio todos os veículos pertencentes aos moradores do município onde estejam as praças de pedágio, cujos veículos estejam ali emplacados.

**Legitimidade**

Primeiramente, vejamos que o estado possui prerrogativas para a concessão ou não de serviço público, visto que a Constituição Federal autoriza.

*Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.*

Verifica-se, portanto, que a concessão de serviço público é expressamente autorizada pela Constituição Federal, e deve ter caráter efetivo e legal e se balizar dentro dos preceitos e princípios trazidos pela Lei de Concessão de Serviço Público nº 8987/95.

Sob tal prisma, deve-se reconhecer a plenitude do presente projeto, levando em conta que o mesmo visa proteger os interesses sociais da população que reside em áreas onde se localizam as praças de pedágio, pois muitos trafegam diversas vezes por dia, sendo em sua grande maioria, a trabalho.

Levando em consideração que já existe um acordo tácito firmado entre as empresas de pedágio e os usuários, reduzindo a taxa para as pessoas que possuem automóveis emplacados nos municípios onde estão localizadas as praças de pedágio, é que se pretende isentar toda a taxa somente para moradores residentes no município onde estão localizadas as praças de pedágio, isto porque o serviço de manutenção das vias já é financiado pelos demais usuários, portanto, se tal taxa for cobrada, gerará por parte das empresas concessionárias um enriquecimento ilícito em razão da excessiva cobrança.

Dentro de tal paradigma vemos que, no que concerne às tarifas, temos a posição trazida pelo professor Celso Antonio Bandeira de Mello, qual seja:

*As tarifas devem ser módicas, isto é, acessível aos usuários, de modo a não onerá-los excessivamente, pois o serviço público, por definição, corresponde à satisfação de uma necessidade ou conveniência básica dos membros da sociedade.*

Com base neste ensinamento, ratificamos assim nosso entendimento no que se refere ao enriquecimento ilícito por parte da empresa concessionária.

Portanto, é dever do estado intervir em face do interesse público, quer seja pelo Poder Executivo, quer seja pelo Legislativo, pois, o dever é de proteger os direitos dos cidadãos e evitar ilegalidades dentro da prestação de serviços necessários. Diante disto, incumbe ao legislador a possibilidade de estar isentando do pagamento da taxa de pedágio. Vale a pena ressaltar também que o legislador não infringe qualquer regra trazida pela Lei de Concessões, muito pelo contrário, resguarda preceitos que a mesma determina que sejam cumpridos.

Analisando o que estabelece a Lei Complementar nº 095/98, o projeto em questão está em perfeita ordem aos preceitos legais exigidos.

**Conclusão**

Com relação à técnica legislativa, o presente projeto de lei não encontra óbice quanto à Lei Complementar nº 095/98, ou seja, junto à sua redação e elaboração.

Ademais disto, verificou-se que o presente está em perfeito acordo com as normas constitucionais ilegais, sendo assim revestido de constitucionalidade e legalidade. Com base no exposto, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa.

Sala das Comissões, em 05.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 291/07

P A R E C E R :

O artigo 146 da Constituição Estadual, diz: *Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.*

II - os direitos dos usuários.

Portanto, o presente projeto de autoria do nobre Deputado Antonio Anibelli, busca defender os direitos dos usuários do sistema de transporte intermunicipal, através das rodovias pedagiadas, sem causar qualquer embaraço na arrecadação do estado, ao isentar os veículos pertencentes aos moradores dos municípios onde estejam localizadas as praças de pedágio, desde que estejam emplacados no respectivo município.

Como já existe legislação que determina o desconto no valor da taxa para esses veículos, trata-se agora de uma isenção completa.

Assim, não havendo qualquer possibilidade de isso influenciar na arrecadação do estado, nosso parecer é favorável à sua tramitação e aprovação por esta Casa.

Sala das Comissões, em 20.06.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

LUIZ NISHIMORI - Relator

**ITEM 13**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 316/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, dispõe sobre a contagem de tempo em serviços voluntários para fins de concurso público e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDHCD. **Aprovado. (Publ. no DA nº 038/07, de 02/05/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 316/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O projeto de lei ora em análise, visa equiparar o tempo de serviço de trabalho voluntário a tempo de efetivo serviço público para fins de avaliação em provas de títulos em concursos públicos estaduais.

**Legitimidade**

A Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso I, estabelece os regramentos que a administração pública deve observar, no exercício de suas funções, fazendo expressa menção à forma de provimento dos cargos públicos:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; (grifo nosso)*

Através do supracitado artigo consagra-se o princípio da ampla acessibilidade aos cargos públicos, que em verdade nada mais é que a um desdobramento do princípio da isonomia, consagrado no artigo 5º da Constituição Federal, aplicado especificamente ao certame público.

Nessa esteira, elucida Celso Bastos, que a isonomia visada pelo artigo 5º e pelo artigo 37, inciso I, da Constituição Federal, deve ser analisada à luz de todo o ordenamento jurídico, sendo possível comportar distinções, desde que não contraditórias com os princípios por ele apregoados:

*A expressão atual “sem distinção de qualquer natureza” é meramente reforçativa da parte inicial do artigo. Não é que a lei não possa comportar distinções. O papel da lei na verdade não é outro senão o de implantar diferenciações. O que não se quer é que, uma vez fixado o critério de discriminação (p. ex.: ser portador de título universitário para exercer determinada profissão), um outro elemento venha interferir na abrangência desta mesma discriminação. Aí por exemplo se diria: as pessoas com mais de 40 anos de idade ficam dispensadas do referido título. Nisto, portanto, reside a essência do princípio igualizador. É o impedir que critérios o mais das vezes subalternos, portadores de preconceitos ou mesmo voltados à estatuição de benefícios e privilégios, possam vir a interferir em uma discriminação justa e razoável feita lei. (grifos nossos)*

Destarte, o princípio da ampla acessibilidade aos cargos públicos deve ser ponderado à luz dos demais princípios constitucionais, podendo inclusive ser mitigado, se com isso não se configurar um ato discriminatório injustificável.

No caso em tela, observa-se que a contagem do tempo de efetiva prestação de trabalhos voluntários para fins da avaliação em provas de títulos de concursos públicos, apesar de estabelecer uma forma de destinação aos candidatos que sejam trabalhadores voluntários, não entra em conflito com o texto constitucional, mas sim encontra harmonia com ele.

Acerca da imposição de distinções presentes nas leis leciona Alexandre de Moraes:

*A desigualdade na lei produz-se quando a norma distingue de forma não razoável ou arbitrária um tratamento específico a pessoas diversas. Para que as diferenciações previstas possam ser consideradas não discriminatórias, torna-se indispensável que exista uma justificativa objetiva e razoável (...)*



Nesse contexto, afere-se a legitimidade da medida proposta, porquanto objetiva incentivar o trabalho voluntário, coadunando assim, com os objetivos fundamentais da república, expressos no artigo 3º, da Carta Magna, tais como, “construir uma sociedade livre, justa e solidária” e “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, não importando portanto em uma discriminação injustificada, pois encontra respaldo nos objetivos visados pela nossa Constituição Federal.

Ademais, acerca da competência para legislar no caso em tela, a Constituição Estadual assim estabelece:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

*IX - servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provisamento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares estaduais para a inatividade. (grifo nosso)*

Dessa maneira, a contagem do tempo de trabalho voluntário para fins de avaliação em concurso público, está dentro da esfera de competência do estado, porquanto visa modificar a estrutura do certame público em que se avaliará quais são os candidatos mais aptos a ocuparem determinada vaga do quadro dos servidores públicos, estando assim, mesmo que de modo reflexo, alterando critérios para o provimento de cargos públicos.

Finalmente, no que tange a análise da técnica legislativa utilizada, verifica-se que o projeto de lei em análise observou todas as disposições preconizadas pela Lei Complementar nº 095/98.

#### **Conclusão**

Diante do acima exposto, e tendo em vista que o Projeto de Lei nº 316/07, não possui impedimento ao seu seguimento quanto à legalidade e constitucionalidade, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

#### **COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA PROJETO DE LEI Nº 316/07**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi, dispõe sobre a contagem de tempo em serviços voluntários para fins de concurso público e adota outras providências.

É legítima tal proposição do nobre Deputado, pois estimulará o trabalho voluntário, tão necessário para tornar nossa sociedade mais justa e igualitária, aproximando

a população dos serviços públicos. Analisando o projeto, sua justificativa e o parecer favorável da CCJ quanto a sua constitucionalidade, somos de parecer favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 18.06.07.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

#### **ITEM 14**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que denomina a sala do Diretor do Departamento de Pessoal desta Casa de Leis, de Luiz Carlos Molinari. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/07, de 29/05/07, em Projeto de Resolução).**

#### **COMISSÃO EXECUTIVA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/07**

#### **P A R E C E R :**

O presente projeto de resolução, de autoria do nobre Deputado Antonio Anibelli, tem por objetivo denominar a sala da Diretoria de Pessoal desta Casa de Leis, como Sala Luiz Carlos Molinari.

A Comissão Executiva, ao ser chamada para opinar, entende justa a proposta do autor da proposição que pretende homenagear um dos mais dedicados servidores da história da Assembléia Legislativa, Luiz Carlos Molinari, que exerceu a função de Diretor de Pessoal durante mais de duas décadas e que faleceu no dia 14 de dezembro de 2005.

Luiz Carlos Molinari angariou na Assembléia Legislativa, com sua simpatia, educação e vontade de ajudar o próximo, um enorme número de amigos entre servidores e Deputados, que sempre tiveram nele um porto seguro na luta para melhorar os trabalhos da Casa.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Resolução nº 012/07, opinando pela sua aprovação.

Palácio “XIX de DEZEMBRO”, em 25.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário  
LUCIANA RAFAGNIN - 2ª Secretária

#### **O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)**

Pela ordem, Sr. Presidente.

#### **(Assentimento)**

V. Exa. acabou a pauta de votação. A matéria está votada, mas se V. Exa. pudesse tornar conhecida a emenda da CCJ com referência ao Item nº 09 da pauta, que doa ao município de Capanema área de terra do DER, apenas para conhecimento da emenda, Sr. Presidente, embora já tenha sido aprovado.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Perfeitamente, vamos atender à solicitação de V. Exa. Vou passar a ler a emenda.

Deputado Caíto Quintana, tem um substitutivo geral da CCJ que foi colocado na pauta como emenda.

**(Lê emenda)**

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)  
Obrigado, Sr. Presidente!

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1850, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1814, de autoria do Sr. Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1816, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1817, de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Requerimento nº 1818, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1819, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Exa., esse requerimento não consta da minha relação. Pediria para discutir.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para discutir. Adia-se na forma regimental e solicito à Mesa que encaminhe cópia ao Deputado Romanelli.

Requerimento nº 1820, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, é estranho, mas o Tribunal de Contas mandou a prestação de contas referente a comunicação do Governo Jaime Lerner, somente 7 anos, não os 8 anos, não mandou discriminados como mandou por ocasião das contas do Deputado Marcelo Rangel. E estou pedindo ao Tribunal que seja feito do mesmo modo. Do modo que veio as contas do Governador Requião, venha também as contas do Governador Jaime Lerner.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em discussão. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem, apenas por economia processual, é que o requerimento estava aqui, li o requerimento e concordamos com o teor. Se V. Exa. quiser enca-

minhar já esse que pedi para discutir, da Comunicação Social, podemos encaminhá-lo sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. fala deste ou do anterior?

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Do anterior. Se V. Exa. quiser já deliberar, sou favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. Em discussão. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 1821, 1822 e 1823, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1824, de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1825 a 1829, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Normalmente sou contrário a essa interrupção, mas como os requerimentos estão tranqüilos, queria registrar a presença na tribuna de honra desta Casa do Prefeito de Cornélio Procópio, Amin Hanuch, nosso amigo que está aqui acompanhando os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Devidamente registrado. É uma honra muito grande receber a visita do Prefeito aqui.

Requerimento nº 1831, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Somos favoráveis a esse requerimento.

Requerimento nº 1832, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, somos favoráveis. Agora, queria cobrar da mesa uma resposta a uma questão de ordem que fiz sobre a oportunidade de pedir, através do pedido de informações, cópias de documentos. Fiz uma questão de ordem à Mesa e a Mesa não responde. Estamos encaminhando favoravelmente e não é sobre esse requerimento que estamos, falando, mas são documentos, são pilhas, são caminhões de documentos quando o pedido de informações trata sobre conteúdo e não sobre forma.

Então, queria na verdade que a Mesa respondesse a questão de ordem que formulamos nesta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Procede o levantamento feito por V. Exa. Vamos solicitar que a assessoria repasse mais uma vez ao Presidente, Deputado Nelson Justus, para que possa, em nome da Comissão Executiva, responder a questão de ordem de V. Exa.

Requerimentos nºs 1833 e 1834, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1835 e 1841, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1842, de autoria do Sr. Deputado Rui Hara, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1844, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Encaminhamos favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento nº 1845, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1843, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1846, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas para entregar e me desincumbir da última tarefa que tenho nos acordos de lideranças, entregar ao Deputado Elio Lino Rusch uma solicitação que ele havia feito sobre uma questão que envolve a ocupação dos cargos de Diretor Jurídico e de Administração junto a ParanaPrevidência e aqui está a resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência. Disse por duas vezes que não responderia esse requerimento, mas resolvi pessoalmente - em função do respeito que tenho pelo Deputado Elio Rusch - entregar a resposta para que o mesmo faça o uso que pretender, que certamente é uma ação judicial, mas, faço questão de entregar o documento ao Deputado Elio Rusch, em função da nossa amizade e da relação de respeito que sempre mantivemos neste Parlamento.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas) (**Pela Ordem**)

Recebo o documento encaminhado pelo Deputado Líder do Governo, Deputado Romanelli, só para deixar claro e que fique registrado nos Anais da Casa que o ofício foi expedido dia 20 de abril - 20 de abril, 20 de maio, 20 de junho, mais de 60 dias - quando vi a data perguntei ao Deputado Romanelli e o Deputado também recebeu no dia 21 de junho, mas do dia 20 de abril, e o Líder do Governo recebe no dia 21 de junho, mais do que 2 meses após a expedição do ofício.

É lamentável que o Governo do Paraná esteja a passo de tartaruga mesmo.

## ***Encerramento da Sessão***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 27 à hora regimental, com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/07.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 207/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 380 e 405/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 152, 172, 291, 316/07 e do Projeto de Resolução nº 012/07.

1º DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 163, 385, 391 e 410/07.

Levanta-se a Sessão.

## ***Publicações:***

### ***Comissão Executiva***

#### ***Atos***

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1349/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, GISLAINE RODRIGUES YACOTA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1350/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JILLIAN ROBERTO SERVAT, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1351/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ANDRE THIAGO VORONOVICZ, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1352/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOSÉ CARLOS REAL KOEHLER, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1353/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

exonerar, a pedido, SEILA APARECIDA DE CAMARGO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1354/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ANTONIO JOSE MATTOS DO AMARAL, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Durval Amaral, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1355/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

exonerar, a pedido, EVANI CORDEIRO JUSTUS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nelson Justus, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1356/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ANDRE BAGGIO ANNIBELLI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Antonio Anibelli, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1357/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MIRELA MAGNANI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Ademar Traiano, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1358/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

#### R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARILENE STRAPASSON BERTOLIN, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Edson Strapasson, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1359/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, HELIO PARZIANELLO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1360/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, TEREZA FERNANDES, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1361/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, JULIANE MARIA MAFFISSONI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Luiz Fernandes Litro, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1362/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, SHEILA BRANDÃO, do cargo em Comissão, do Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1363/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, JUSCIANA MOLINARI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Dobrandino da Silva, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1364/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, CLARA AUREA PAGESKI, do cargo em Comissão, do Gabinete da Deputada Cida Borghetti, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1365/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, ROSANE FATIMA PANZA, do cargo em Comissão, do Gabinete da Deputada Cida Borghetti, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1366/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, ADRIANA GLORIA DE LIMA, do cargo em Comissão, do Gabinete da Deputada Cida Borghetti, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1367/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

exonerar, a pedido, MARIA APARECIDA QUEIROGA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Mauro Moraes, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1368/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MOACIR DE OLIVEIRA SILVA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Enio Verri, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1369/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JOÃO GUILHERME RIBEIRO FRANCISCO, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Mamede, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1370/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, WILLIAN CZARNESKY, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Osmar Bertoldi, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1371/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, ERLON CELSO DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Osmar Bertoldi, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1372/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

## R E S O L V E :

exonerar, a pedido, JUSSARA PEREIRA ELVINO DOS SANTOS, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Professor Luizão, a partir de 01 de maio de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 01.05.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1488/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4638/07, datado de 24 de maio de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

conceder a RUTH M. ZANONA SANTOS, matrícula nº 40728, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, nível NTC-02, licença especial de 03 (três) meses, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/97 a 22/12/02, nos termos do artigo 247 da Lei nº 6174/70. A funcionária deverá aguardar a publicação deste ato, e juntando uma cópia do mesmo, anexar a anuência de seu superior, para requerer por escrito junto ao Departamento de Pessoal a marcação de suas férias, pois, a legislação proíbe que no mesmo setor entrem em licença mais de um sexto de seus funcionários.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1489/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4664/07, datado de 15 de maio de 2007, deste Poder,

## R E S O L V E :

conceder a JOSEMERI DEMETERCO PEREIRA, matrícula nº 40615, portadora do CPF nº 621559119-4, ocupante do cargo de Almoxarife, nível NTC-03, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, lotada na Coordenadoria do Almoxarifado, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções no quinquênio compreendido entre 22/12/97 a 22/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## GetzATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1490/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4464/07, datado de 10 de maio de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder aposentadoria a ANGELINA GARCIA PACHECO, matrícula nº 183, funcionaria do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-06, com proventos mensais e integrais correspondentes ao cargo que ocupa nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98, acrescido de 05 quinquênios de acordo com o artigo 170 e parágrafo único da Lei nº 6174/70, 05 adicionais de acordo com o artigo 171 e parágrafo 1º e 2º da já citada Lei nº 6174/70 e inciso XI do artigo 37 da Constituição Federal, resultando em proventos mensais conforme cálculos de fls. 17 da Coordenadoria de Relações Trabalhistas da Casa.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1491/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8653/06, datado de 08 de novembro de 2006, deste Poder,

**R E S O L V E :**

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, do valor recebido por YONE DE GOMY BENGHI, a título de pensão, portadora da Cédula de Identidade RG nº 165.321-0 e cartão do CPF sob o nº 671.979.229-68, viúva do ex-Deputado Estadual Ernani Benghi, tendo em vista o Laudo Médico nº 083/06 e, nos termos do artigo 30 da Lei Federal nº 9250, inciso XXXI e XXXIII do artigo 39 do Decreto Federal nº 3000, inciso XIII do artigo 5º da Instrução Normativa nº 015/05 da Secretaria da Receita Federal.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1502/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E :**

retificar o Ato da Comissão Executiva nº 1011/07, datado de 01 de março de 2007, onde se lê “01 de março de 2007”, leia-se “01 de maio de 2007”.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 20.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1503/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5721, datado de 11 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

conceder a TADEU LUKA, matrícula nº 40864, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Dentista, nível NUE-4, 03 (três) meses de licença especial por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/97 a 22/12/02, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6174/70. O funcionário deverá aguardar a publicação deste ato, e juntando a autorização de seu superior, requerer por escrito, junto ao Departamento de Pessoal, a marcação da data escolhida, seguindo os critérios estabelecidos no artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

***Diretoria Geral******Portarias***

## PORTARIA Nº 105/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 676, datado de 30 de janeiro de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prorrogar, a disposição da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, o servidor deste Poder Legislativo, JOÃO BATISTA LOPES DOS SANTOS, matrícula nº 40784, até 31/12/07, sem ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.06.07.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## PORTARIA Nº 105/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 676, datado de 30 de janeiro de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

prorrogar, a disposição da APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, o servidor deste Poder Legislativo, JOÃO BATISTA LOPES DOS SANTOS, matrícula nº 40784, até 31/12/07, sem ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18.06.07.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 106/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5721, datado de 11 de junho de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar revogar a Portaria nº 036, de 13/05/95, por ter incorporado indevidamente, o tempo de 01 ano e seis meses em favor de TADEU LUKA, matrícula nº 40864, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Dentista, nível NUE-4, relativo ao período compreendido entre 12/05/75 a 12/05/90.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.06.07.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

PORTARIA Nº 107/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4379, datado de 09 de maio de 2007, deste Poder,

**R E S O L V E :**

mandar anotar, para efeito de aposentadoria, na ficha funcional de JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA, matrícula nº 40299, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de março de 1984, lotada na Diretoria de Apoio Técnico, exercendo o cargo de Consultor Legislativo NUE-05, o tempo de 05 (cinco) anos, 03 (três) meses, e 14 (quatorze) dias, em que prestou serviços a Orbram - Organizações e Brambilla Ltda, período entre 12/05/76 e 25/08/81; e 02 (dois) anos e 06 (seis) meses à Nacional Limpeza e Conservação S/C Ltda., período de 01/09/81 a 29/02/84, conforme dispõe o parágrafo 9º, do artigo 201, da Constituição Federal.

Gabinete da Diretoria Geral, em 25.06.07.

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

**Ata de Comissão**

**Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, passando à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 015/07, de autoria do Deputado Tadeu Veneri. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Projeto de Lei nº 154/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira. Relator: Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Projeto de Lei nº 206/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Relator: Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Projeto de Lei nº 292/07, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Relator: Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Projeto de Lei nº 314/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Relator: Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Projeto de Lei nº 319/07, de autoria do Deputado Felipe Lucas. Relator: Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Projeto de Lei nº 321/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Relator: Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Projeto de Lei nº 346/07, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Relator: Deputado Péricles de Mello. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Projeto de Lei nº 360/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

